

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

EUSTÁQUIO DA SILVEIRA MAFRA

**UM PROGRESSO CONSERVADOR:
DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO IMIGRATÓRIO
AOS INTERESSES DA ELITE AGRÁRIA MINEIRA
(1880-1892)**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

EUSTÁQUIO DA SILVEIRA MAFRA

**UM PROGRESSO CONSERVADOR:
DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO IMIGRATÓRIO
AOS INTERESSES DA ELITE AGRÁRIA MINEIRA
(1880-1892)**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador:Higor Mozart Geraldo Santos.

Co-Orientadora:Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

EUSTÁQUIO DA SILVEIRA MAFRA

**UM PROGRESSO CONSERVADOR:
DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO IMIGRATÓRIO
AOS INTERESSES DA ELITE AGRÁRIA MINEIRA
(1880-1892)**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Aprovado emde de 2018.

Prof. Me. Higor Mozart Geraldo Santos
(Orientador)
(UFF)

Prof. Dr^a Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
(Co-Orientadora)
(UFV)

Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio
(UFV)

Prof. Dr^a. Patrícia Vargas Lopes de Araújo
(UFV)

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

Agradecimentos

Possivelmente este é o momento mais ignorado pelos leitores, desde os mais ávidos pelo conhecimento, até aqueles que buscam uma leitura mais rápida. Contudo, aqui jaz o autor-pessoa, a única dentre as demais páginas, caracterizadas pela fala do autor-pesquisador. Este é um lugar especial, conceitualmente falando, inexitem erros, a prosa é permissível, me torno primeira pessoa do singular e posso presentear simbolicamente aqueles, e aquelas, que me orientaram, sejam como pontos cardeais, colaterais ou subcolaterais.

Meu primeiro obrigado vai para minha esposa e para minha filha, Ana Carla e Anita, que representam o meu Sul. Aproveito para me desculpar, pois o mercado e a academia, com toda sua demanda produtiva, me ocuparam, sobrecarregaram e, por diversos momentos, me deixaram insensível e irritadiço. Escolho o Sul como caminho alternativo ao Norte, este que simboliza a ciência, o caminho profissional.

Ao Norte deixo meu obrigado, nele eu incluo todos os professores e professoras do Departamento de Geografia, assim como os demais, de outros departamentos, que tanto colaboraram para minha formação. Destaco aqui dois nomes, Higor Mozart e Maria Isabel. Higor, meu eterno mestre, foi de extrema importância nessa jornada final, membro valiosíssimo do GEHOCITE (Laboratório de pesquisa em Geografia Histórica das Cidades e Territórios) e amigo inestimável. Isabel, rígida, exigente, competente, mas também compreensível e amável, amadureci muito nestes meses que fui seu orientando. Por mais que o Norte simbolize a ciência, com esse grupo percebi que a Geografia também é humana.

Ao Leste e Oeste deixo meu obrigado, nele abrigo todos os amigos e amigas que conquistei durante a graduação. Não vou eleger nomes, a amizade não é algo a se ranquear. A grande maioria é da GEO, todos os anos, em especial os que iniciaram ao meu lado em 2012, e igual destaque aos amigos e amigas do GEHOCITE. O Leste e Oeste estão entre a família e a formação acadêmica, creio não serem necessárias mais explicações.

Aos pontos colaterais e subcolaterais deixo meu obrigado. Estes correspondem àqueles, amigos e amigas, que nem sempre são apresentados ao cotidiano acadêmico, mas que foram importantes no decorrer da trajetória. Aos meus avôs, José Luiz (Tino) e Maria de Fátima (Fatinha), quem me faz muita falta. Ao meu pai, Eustáquio, cujo nome eu herdei.

A todos e todas, o meu mais sincero OBRIGADO!

RESUMO

No final do oitocentos, o país foi palco de políticas voltadas ao progresso nacional, dentre elas a implantação e estímulo à imigração, principalmente após o fim da escravatura. No intuito de fomentar o fluxo imigratório, discursos políticos, municiados de ideologias geográficas, caracterizavam o espaço, atribuindo-lhe “aptidão” e qualidade, planejando sua ocupação, reestruturação e organização. Por serem elaborações políticas, tais discursos estavam vinculados aos interesses de alguns grupos, compreendendo parte do projeto de progresso idealizado. A projeção desses discursos era realizada, sobretudo, por meio dos impressos, sendo os jornais os principais porta-vozes da elite. Minas Gerais, cuja elite agrária estava fortemente vinculada ao sistema escravocrata, presenciou a efervescência de discursos em torno da introdução do regime livre e o temor de uma possível ruína da lavoura – de café –, extremamente importante para os cofres públicos. Diante do poder desses discursos na concepção e planejamento de práticas espaciais, o presente trabalho analisou as publicações de um periódico juiz-forano acerca da imigração, entre os anos 1880 e 1892, concomitante às políticas imigratórias, para assim entender a influência desses discursos na elaboração e construção do espaço mineiro. Juiz de Fora era uma cidade de grande prestígio político e econômico, não apenas na Zona da Mata, mas de toda província mineira, e *O Pharol*, que lá circulou entre 1870 a 1939, pode ser considerado o primeiro periódico local, assim como um dos principais agentes do discurso político. Destarte, foram lidas aproximadamente 357 edições d’*O Pharol* relacionadas à temática imigratória. Após a leitura crítica das edições, concomitante a um levantamento bibliográfico para elucidar o cenário da época, fica evidente o papel do imigrante: para o Estado que almejava povoar seu território e promover o melhoramento racial do nacional; e para o fazendeiro, desejoso por braços que fecundassem a grande lavoura. A busca por esse ente miraculoso, embora permeada de polêmicas e interesses distintos, resultou em vultosas reverberações espaciais.

Palavras-chave: Imigração e colonização; Ideologias geográficas; *O Pharol*; Progresso; Minas Gerais.

ABSTRACT

At the end of the 19th century, in Brazil, public policies aimed at national progress were implemented, such as the encouragement of immigration, especially after the end of slavery. In order to foster the flow of immigrants, political discourses, equipped with geographic ideologies, characterized space, attributing it "aptitude" and quality, planning its occupation, restructuring and organization. Such speeches were connected with the interests of some groups by being political elaborations, comprising part of the idealized progress project. The projection of these speeches was essentially through the print media, with newspapers being the main vehicle for elite ideas. Minas Gerais, whose agrarian elite was strongly linked to the slave system, which evidenced the conservative position of the farmers, witnessed the effervescence of discourses around the introduction of the free regime and the fear of a possible ruin of the coffee crop, extremely important for the public coffers. Faced with the power of these speeches in the conception and planning of spatial practices, this work analyses the publications of a periodical judge of immigration, between the years 1880 and 1892, concomitant with the immigration policies, in order to understand the influence of these discourses in the elaboration and construction of the mining area. Juiz de Fora was a city of great political and economic prestige, not only in the Zona da Mata, but in the entire province of Minas Gerais, and *O Pharol*, which circulated there from 1870 to 1939, can be considered the first local newspaper, as well as one of the main agents of political discourse. Approximately 357 editions of *O Pharol* related to the immigration issue were read. After the critical reading of the editions, concomitant with a bibliographical survey to elucidate the scenario of the time, the role of the immigrant is evident: for the State that longs to populate its territory and to promote the racial improvement of the national; and to the farmer, desirous of arms that fertilized the great crop. The search for this miraculous entity, though permeated by controversies and distinct interests, resulted in massive spatial reverberations.

Keywords: Immigration and Colonization; Geographical ideologies; *O Pharol*; Progress; Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Redação do jornal "O Pharol"	15
Figura 2 - As sub-regiões de Minas Gerais (XIX)	24
Figura 3 – Aldeia da Colônia de Dom Pedro II (1872)	35
Figura 4 – Representação da Revista Ilustrada sobre a introdução de chineses (1879)	36
Figura 5– Imigrantes na lavoura de café no interior de São Paulo (1912)	40
Figura 6 – Escravos na lavoura de café (capa do livro Escravos daqui, dali e de mais além) .	41
Figura 7 - Hospedaria Horta Barbosa.	48
Figura 8 - Interface da plataforma de pesquisa do <i>site</i> da Hemeroteca Digital.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem da produção brasileira na produção mundial de café	21
Tabela 2 – As exportações brasileiras de 1831 a 1890 (em %).....	21
Tabela 3- Média da produção de café de Minas Gerais (1850-1899)	22
Tabela 4 – População escrava por Província, 1823 e 1872	23
Tabela 5 – Proporção de negros na população mineira (1890)	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O PHAROL JUIZ-FORANO: BREVE NOTA SOBRE A ESCOLHA DO PERIÓDICO...	15
2 IMIGRAÇÃO E TRABALHO: INTERPRETANDO O PROJETO IMIGRATÓRIOÀ LUZ D'O PHAROL	20
2.1 Minas é o café, e o café é o imigrante: a abolição do regime escravo e o estímulo a imigração	20
2.2 Pelo Trabalhador “morigerado”, “honesto” e “inteligente”	28
3 O PHAROL QUE PROPALA OS DISCURSOS E DÁ LUZ AO IMAGINÁRIO	33
4 O COLONO, O FAZENDEIRO E A PROPRIEDADE DA TERRA: UM REGIME DE TRABALHO NÃO TÃO LIVRE, QUE DIRÁ ASSALARIADO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICE A – Interface da plataforma de pesquisa do <i>site</i> da Hemeroteca Digital.....	59

INTRODUÇÃO

O espaço é produto/expressão das relações/intervenções humanas sobre a superfície terrestre, que valorizam e agregam trabalho ao solo, materializando projetos. Sob as formas espaciais, padrões, arranjos locacionais, usos do solo, encontram-se mentalidades, interesses, visões de mundo. Elementos do universo da cultura, da política e das ideologias, portanto, permeiam o espaço e suas representações (MORAES, 1991).

Moraes (1991) concebe que a Geografia em si não consegue abarcar todo o campo da temática espacial. Diante dessa limitação, os geógrafos se apropriam de disciplinas que a margeiam. O conjunto destas reflexões sobre o espaço, confinadas ou não ao seio da ciência geográfica, compõem o “pensamento geográfico”¹. O autor, utilizando das searas do pensamento geográfico, atenta para o peso que os fenômenos, com destaque aos oriundos do universo da cultura, exercem na construção do espaço e de sua imagem coletiva. Neste constructo do espaço, os discursos mais “orgânicos”² são denominados como *ideologias geográficas*. Estas “alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele” (ibid, p. 44).

Na segunda metade do século XIX, discursos políticos que objetivavam, direta e indiretamente, fomentar o fluxo imigratório, estavam municiados de ideologias geográficas (CHRYSOSTOMO, 2012). Estes discursos caracterizavam o espaço, de maneira positiva e/ou negativa, atribuindo-lhe “aptidão” e qualidade, planejando sua ocupação, reestruturação e organização. Por serem elaborações políticas, tais ideologias estavam vinculadas aos interesses de alguns grupos. Havia um projeto capitaneado pelas elites³, pautado por um ideal de progresso, que tinha na imprensa importante porta-voz. Esse projeto se deu, primeiramente, em resposta ao liberalismo disseminado no mundo capitalista, caracterizado por reformas que condicionaram uma reconfiguração a nível provincial e nacional dentro do mercado externo, reforçando o papel agroexportador e importador de bens manufaturados do

¹ Por pensamento geográfico, o autor faz referência ao temário que percorre o espaço e a consciência do espaço, dos quais são formulados discursos diversos a partir das concepções que a sociedade, em um determinado momento, possui sobre seu meio e as relações estabelecidas.

² Moraes utiliza o termo orgânico, no sentido proposto por Gramsci, como um discurso emanado por um grupo, conectado às organizações produtivas, políticas e culturais, no intuito de dirigir as relações sociais.

³ Debruçaremos sobre Minas Gerais cuja elite, como aponta Wirth (1982, p.122), exercia carreiras múltiplas: “um homem podia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual”. Assim, ao referirmos, neste trabalho, aos fazendeiros, políticos, industriais, dentre outras figuras de prestígio social, os enquadraremos em uma elite mineira.

país⁴. Em segundo, pelo fomento ao processo modernizador, iniciado com a Lei de Terras (1850), e que engloba as articulações criadas na transformação do trabalho escravo⁵ para o livre (GODOY, 2009).

Tratando-se do final do Império e início da República, em um país cuja economia é altamente dependente do setor primário, com destaque para o café, os interesses da elite agrária interviam em muitas decisões, principalmente a nível provincial. Minas Gerais é proeminente, a província com maior contingente de escravos, a maioria concentrada na região da Mata, e a segunda maior produtora de café⁶, o que possibilitou aos fazendeiros uma maior influência política. Aqui ressalta-se a perspectiva geográfica, no intuito de tornar protagonista essa ciência que, muitas vezes, é desprestigiada, definida como auxiliar a História, cujo objeto e métodos de estudo já estão estabelecidos. A Geografia enquanto auxiliar a História perde sua criticidade sobre o espaço⁷. Faremos, portanto, uma tentativa de valorizar este olhar, e mesmo que tratemos dos ideais de progresso disseminados pelas sociedades ditas avançadas, tentaremos evitar a supervalorização do tempo sobre o espaço, ao trabalhar Minas Gerais, reconhecendo a multiplicidade espacial⁸.

Destarte, o presente trabalho tem por objetivo compreender os nexos entre as ideologias geográficas propagadas no periódico juiz-forano *O Pharol* e sua influência na constituição do projeto imigratório em Minas Gerais durante os anos de 1880 a 1892. Assim, para atender ao objetivo central deste trabalho, alguns pontos devem ser investigados:

i.) identificar a importância de Juiz de Fora neste momento, afim de dimensionar a influência da sua imprensa dentro da província;

ii.) compreender o papel da lavoura de café na economia de Minas Gerais, no intuito de avaliar a influência dos fazendeiros frente aos interesses do Estado;

⁴ A exemplo dessas reformas, Godoy (2009) ressalta como o modal ferroviário inserido em Minas Gerais foi planejado para fins de exportação, sendo “um modelo insensível às exigências da economia mineira” (p.99).

⁵ A Inglaterra, utilizando de sua influência sobre a economia brasileira, pressionou o Império, desde 1810, a extinguir o tráfico negreiro. A exemplo, em 1827, foram assinados tratados comerciais contendo uma cláusula que exigia, do governo brasileiro, o fim do tráfico de escravos. Diante do seu não cumprimento, em 1831, o ministro da justiça Diogo Antônio Feijó, decretou ser ilegal o tráfico negreiro. (TEIXEIRA; DANTAS, 1982).

⁶ Estes dados serão melhor trabalhados no item 2.1 *Minas é o Café, e o Café é o Imigrante: a abolição do regime escravo e o estímulo a imigração*.

⁷ Essa perspectiva surgiu com a leitura do livro “*Pelo Espaço: uma Nova Política da Espacialidade*”, de Doreen Massey, e foi amadurecida ao longo dos encontros do grupo de estudo do Laboratório de Geografia Histórica das Cidades e Territórios – GEHOCITE, situado nas dependências do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa.

⁸ Doreen Massey (2008, p29), ao defender uma abordagem alternativa do espaço, expõe na primeira parte de seu livro, três proposições: primeiro, admite “o espaço como o produto de inter-relações, [...] desde a imensidade do global até o intimamente pequeno”; segundo, compreende “o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, [...] como a esfera na qual distintas trajetórias existem”; terceiro, reconhece “o espaço como estando sempre em construção [...]”. Assim, essas proposições repercutem [...] nos modos com que a política progressista pode, também, ser imaginada”.

iii.) identificar, dentro dos discursos d'*O Pharol*, os argumentos que sustentavam ou rechaçavam o projeto imigratório;

iv.) verificar expressões espaciais, abstratas ou concretas, ainda associadas aos interesses da elite.

Como mencionado, o desenvolvimento da pesquisa⁹ foi realizado através do acesso ao periódico "*O Pharol*", cuja circulação foi de 1870 a 1939. Produto da imprensa juiz-forana, o jornal trazia em suas tiragens, além de notícias, crônicas, anúncios e propagandas comerciais, publicações expressando contundentes posicionamentos políticos sobre os rumos da província, apresentando também os discursos e anseios de uma das cidades mais importantes de Minas Gerais – Juiz de Fora – situada no caminho para o Rio de Janeiro e centro da região cafeeira da Zona da Mata.

O jornal foi fundado por Tomaz Cameron em 1866, na cidade de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Em 1870, foi transferido para a cidade de Juiz de Fora, pelo então proprietário Leopoldo Augusto de Miranda e, seu chefe de redação, o francês George Charles Dupin, que foi seu proprietário de 1875 a 1885. Lindolfo de Assis adquiriu a folha de Dupin em novembro de 1885, sendo dono e redator até 1889, quando ela passa a pertencer a José Braga. Alfredo Ferreira Lage, à frente de uma sociedade anônima (Emprêsa Farol), dirige o periódico de 1891 a 1895, tendo outros diretores até que, em 1899, passou a integrar a Empresa Tipográfica Mineira, sob o comando de Francisco Bernardino Rodrigues da Silva. A folha teve circulação semanal até 1873, passando a ter duas edições semanais em 1874, e em 1885 uma tiragem diária (CORREIO DA MANHÃ, 10 ago. 1957, p.13).

Para ratificar o uso do periódico como fonte interpretativa do peso dos discursos nas decisões do Estado, recorreremos a uma extensa publicação do jornal fluminense *Correio da Manhã* a respeito da imprensa mineira. Na folha informa-se que durante o Império e início da República "a imprensa continuava a ser o único respiráculo das idéias"¹⁰. Nessa mesma direção, como coloca Greco (2009, p.13), os periódicos permitem observar os aspectos da sociedade em um determinado momento histórico, possibilitando ao pesquisador "avaliar a quem interessavam as reivindicações dos jornais, se a uma pequena elite ou grupo, se à maioria da população, se à construção de uma Nação".

⁹ O presente trabalho é produto do desenvolvimento do projeto de pesquisa "O imigrante em disputa: o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos 1870-1930", financiado pelo CNPQ (Processo APQ 429204/2016-7) e FAPEMIG (Processo APQ-00658-15).

¹⁰ (CORREIO DA MANHÃ, 10, ago. 1957, p.13).

O jornal foi acessado através do *site* da Hemeroteca¹¹ [Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional]. Os termos eleitos para compreender a substituição do trabalho escravo para o livre, sincrônico às políticas de imigração, foram “*immigração*” e “*colonização*”. O termo “*immigração*”, eleito como central na pesquisa, apareceu em 452 ocorrências no período de 1880 a 1895. Termos afins também foram selecionados ao longo da leitura completa das edições: i) “*hospedaria*”, ii) “*progresso*”, iii) “*atraso*” e iv) “*lethargia*”; estes vocábulos estão presentes em publicações que trazem representações da dita situação de atraso da província mineira, e sobre a necessidade de se alcançar o progresso por meio da transformação no sistema de trabalho.

O levantamento inicial possui teor essencialmente quantitativo. O número de ocorrências não necessariamente expressa maior ou menor notoriedade da temática no ano referido. Isto pois, apesar do expressivo acervo da Hemeroteca, algumas edições não estão disponíveis, tornando impossível comparar os anos meramente pelo número de publicações que contemplam a *imigração* e termos congêneres. Além do mais, o simples fato da edição apresentar o termo pesquisado, não significa, necessariamente, que ela possua relevância para a pesquisa. Assim, a segunda etapa consistiu na leitura minuciosa de todas as edições, selecionando quais possuíam relevância para o trabalho.

O período de 1880 a 1892 foi adotado com o propósito de se estipular alguns limites na análise das publicações, contudo, em alguns momentos, eventos fora deste intervalo foram referenciados por influenciarem ou serem influenciados, direta e indiretamente, a política imigratória. O recorte proposto contempla o momento anterior ao ápice das publicações que ansiavam pelo trabalhador livre em Minas Gerais, o qual pode ser verificado pelas pouquíssimas “vozes” que fazem referência ao imigrante nacional¹². Discursos sobre o iminente fim do regime escravo começaram a ganhar notoriedade, assim como o número de publicações que ressaltavam a necessidade do trabalho estrangeiro na lavoura em crise. Após a abolição, em 1888, os anseios, as incertezas e inquietações continuaram presentes, mas em 1893, instaurada a República Velha, houve o afastamento gradual da União no processo

¹¹O *site* possui uma ferramenta de buscas que, quando utilizada, apresenta edições que podem ser acessadas a partir do uso de termos, além de informar o número de ocorrências. O *site* também oferece um instrumento de busca temporal, podendo assim selecionar as ocorrências do termo dentro de um período. Uma imagem da interface da plataforma pode ser visualizada no APÊNDICE A – *Imagem da interface da plataforma de pesquisa do site da Hemeroteca Digital*.

¹² Estes dados podem ser verificados no gráfico 1 - *Ocorrências do termo “immigração” no periódico O Pharol (1880-1895)*.

colonizador, concomitante a uma queda na proeminência das falas sobre a introdução dos estrangeiros no estado¹³.

Em outras palavras, é a abolição o evento central deste recorte, através da qual delimitaremos os nossos limites. Buscamos acompanhar a ebulição dos discursos fervorosos no tocante ao fim do regime escravo, que expressavam, de forma não homogênea, a dúvida, a incerteza, o receio e o conservadorismo, típicos deste desconfiado¹⁴ “povo montanhês”. Mas dentre os discursos, uma certeza era partilhada, pelo menos entre os grandes fazendeiros, o dever de zelar pela grande lavoura de café. O ano de 1888 foi o clímax deste período. O momento limiar em que a abolição parecia irrefreável. Os anos posteriores à Lei Áurea são de suma importância para a análise, afinal eles representam a concretização e/ou desmistificação do imaginário construído anteriormente. Eis a oportunidade de se questionar: “—Como está a lavoura? E o progresso? Quais foram as mudanças em Minas?” Em resumo, a indagação sobre as transformações espaciais decorrentes desse novo cenário.

A compreensão dos discursos demanda entender o contexto no qual os jornais são publicados, além da identificação de seus autores e editores. O intuito é verificar de que maneira algumas expressões elaboradas pelos grandes fazendeiros interferem na dinâmica espacial da província mineira e nos seus projetos políticos. Vale salientar que tais falas, apesar de serem projetadas de uma parte específica do território, Juiz de Fora, representavam em diversos momentos as aspirações existentes em nível municipal, sub-regional, estadual e nacional.

Em suma, partimos da hipótese de que *O Pharol* foi o porta-voz da elite agrária e política, composta, não raras as vezes, pelos mesmos indivíduos. Estes utilizavam da imprensa para propalar suas ideias, no intuito de fazer valer seus interesses. Neste jogo político, o espaço foi concebido, planejado e organizado, tanto no campo do imaginário quanto materialmente. No primeiro caso nos referimos às idealizações e qualificações espaciais, e.g., o espaço moderno e o atrasado, o espaço civilizado e o “selvagem”. O segundo corresponde às interferências da elite no projeto político proposto, e.g., a localização e finalidade dos núcleos coloniais, as nacionalidades a serem inseridas no território.

¹³ Com a abolição da escravatura, o Estado se via na necessidade de compensar os grandes fazendeiros que tiveram de abrir mão dessa força de trabalho. Assim, ações foram implementadas para, não apenas introduzir um novo mercado de trabalhadores, como também, “reorganizar o sistema monetário e os bancos, a fim de prover um maior capital para essa elite que sustentava o país” (BARBOSA, 2016, p. 20). Neste intuito, houve a promoção da disponibilidade de crédito para a lavoura, bem como para a indústria nascente. Em pouco tempo via-se a financeirização da economia em alguns centros urbanos, como por exemplo, Juiz de Fora.

¹⁴ Ver LOURENÇO, Cléria D. S. Cultura regional mineira e relações comerciais: um estudo etnográfico no varejo. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, SP, vol. 15, n.1, p. 23-51, jan./fev./mar./abr. 2013.

Para atender aos objetivos deste trabalho, iremos apresentar, no primeiro momento, intitulado *O Pharol juiz-forano: breve nota sobre a escolha do periódico*, algumas especificidades do jornal em questão. No segundo momento, *Imigração e Trabalho: interpretando o projeto imigratório à luz d'O Pharol*, delinearemos a importância da lavoura – de café – na economia mineira que, acostumada ao trabalho escravo, temia pela libertação dos cativos; posteriormente discorreremos sobre as ditas motivações da substituição do negro pelo imigrante. No terceiro momento, *O Pharol que propala os discursos e dá luz ao imaginário*, abordaremos como os discursos geográficos forjavam representações espaciais e qualificavam os imigrantes com base em seu país de origem; e na última parte, *O Colono, o Fazendeiro e a Propriedade da Terra: um regime de trabalho não tão livre, que dirá assalariado*, focaremos na discussão sobre a relação de trabalho estabelecida entre colono e fazendeiro, assim como nas interferências destes nas políticas imigratórias.

Como coloca Motta (1998), em 1850 – período de transição das leis que regulamentavam a posse das terras – muitos fazendeiros negavam-se a medir e demarcar seus terrenos, pois, a demarcação simbolizava um limite aos seus interesses de expansão territorial. Mais do que limites físicos, representava limitar o poder do senhor de terras sobre seus confinantes e sua subordinação ao poder externo, o do governo Imperial. Na substituição do trabalho escravo para o livre, com conseqüente fomento à imigração, a posse da terra continuava sendo uma representação de domínio, prestígio e poder. Assim, a interferência dos fazendeiros colocava em risco os projetos de colonização e expansão produtiva do Estado.

1 O PHAROL JUIZ-FORANO: BREVE NOTA SOBRE A ESCOLHA DO PERIÓDICO

Figura 1 - Redação do jornal "O Pharol".



Fonte: LAGE; ESTEVES, 1915, p.323.

Acima temos uma imagem da redação d'*O Pharol*, localizada no número 33 da Rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco. Mas afinal, por que *O Pharol*? A escolha levou em conta a proeminência do jornal que, em grande medida, entrelaça-se também à relevância da cidade onde ele é editado. A cidade de Juiz de Fora se apresenta como *locus*¹⁵ de pensamentos emanados por influentes figuras políticas. Isto pois, o município se consolidou como entreposto comercial da Zona da Mata, um ponto importante na estrutura de escoamento dos produtos da província aos portos do Rio de Janeiro. Condição esta oriunda de projetos antigos como a construção da estrada de rodagem União e Indústria¹⁶ (1861) e a Estrada de Ferro D. Pedro II (1875) (GIOVANINI; MATOS, 2004; BARBOSA, 2016).

¹⁵ Estes pensamentos eram disseminados pelo território mineiro através dos jornais, projetando “os interesses das cidades/regiões nas quais eles eram editados” (SANTOS, 2016, p.71). Por conseguinte, veremos que as publicações d'*O Pharol* transmitiam os desejos emanados ora por Juiz de Fora, ora pela Mata, ora pela província mineira de modo geral.

¹⁶ Os produtores, frente a dificuldade de se transportar o café de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, em um trajeto que levava no mínimo 4 dias para ser percorrido, deram início ao projeto de instalação da rodovia idealizado por Mariano Procópio Ferreira Lage em 1852. Com o surgimento da Ferrovia Dom Pedro II, a estrada foi perdendo importância, se tornando intransitável em 1892 (GIOVANINI; MATOS, 2004).

Diante destas estruturas, junto a outros empreendimentos como a Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora (1881), o Banco Territorial e Mercantil de Minas (1887), a Companhia Mineira de Eletricidade¹⁷ (1888) e o Banco Credito Real de Minas (1889), o município caminhava em direção ao progresso idealizado por suas elites, possibilitado pela incorporação de avanços técnico-materiais (BARBOSA, 2016). Tal desenvolvimento foi promovido pelo capital de giro disponível com o armazenamento, escoamento e venda do café (BLASENHEIN, 1982; SOARES, 2010).

Frente aos progressos técnicos, Soares (2010) salienta que a “presença dos jornais [...] do intervalo entre os séculos XIX e XX [...] foi motivo para intelectuais ressaltarem e destacarem Juiz de Fora como a principal cidade mineira da época, a capital intelectual das Minas Gerais” (p.52). Portanto, a imprensa, foi um dos elementos fundamentais no movimento modernizador, fomentando as transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. Visto que no país:

o jornal se torna o veículo de comunicação mais importante [...], pois conseguia chegar a um número significativo de pessoas. Ainda que tivéssemos um contingente importante da população que não dominava a escrita e a leitura, a elite o prestigiava, e mesmo os iletrados tomavam conhecimento das notícias através de comentários e conversas (Ibid, p. 49).

Pensando no modo como se propagavam as notícias, podemos levantar algumas indagações, mesmo que as respostas não estejam dentro dos objetivos deste trabalho. Os periódicos disseminavam ideias, posicionamentos, ideologias, ou seja, eram instrumentos políticos. As publicações possuíam um público-alvo, cabendo a cada leitor interpretar a notícia a seu modo. Eis o questionamento: qual a abrangência e influência da propagação oral das tiragens? Estas que abrigavam os valores dos autores/jornal e, ao serem lidas, eram interpretadas pelo leitor, adquirindo novas formas ou, simplesmente, reproduzindo as existentes. Não cabe aqui tentar responder tal interrogação, mas sim compreender como o discurso dos grupos que escreviam no jornal influenciavam nas representações e interpretações do espaço e o projeto imigratório.

Retornando ao objeto de pesquisa, *O Pharol*, segundo Mendes (2007), foi a primeira folha juiz-forana¹⁸ e “pode ser considerado o consolidador do jornalismo informativo nas

¹⁷ A empresa construiu a primeira usina hidroelétrica da América do Sul, a Usina Hidroelétrica de Marmelos, que se situava no rio Paraibuna. A presença deste empreendimento possibilitou a Juiz de Fora, em 1889, a ser uma das poucas cidades brasileiras a receber iluminação pública (BARBOSA, 2016).

¹⁸ Existem divergências, por parte de alguns autores, sobre qual foi o primeiro periódico juiz-forano. A exemplo, Veiga (1898), em seu trabalho, inventariou 55 folhas no município entre o período de 1870 a 1897, e *O Pharol* estava em segundo lugar, datado a partir de 1872, logo atrás d’*O Impacial* (1870). Contudo, há no Arquivo

Gerais”, entre 1885 a 1892, representando “o centro da imprensa da Província” (p. 90-91). O autor, citando Lage (2001), caracteriza o jornal como informativo devido ao cunho educativo e sensacionalista. Educativo por instruir o leitor em conteúdos diversos (leia-se: literatura, teatro, moda e etiqueta); e sensacionalista por atrair o público, assim como os jornais publicistas¹⁹, com o artifício de tratar de maneira fascinante alguns eventos da realidade, e assim exercer sobre ele sua função educativa.

Destarte, o jornal traz para Minas Gerais questões que eram debatidas em outros espaços. Isto pois durante o XIX, enquanto a província vivia o jornalismo publicista, nos países centrais e principais regiões do Império, o caráter informativo já era hegemônico. Tal alinhamento talvez esteja associado ao fato do periódico ter se iniciado no Rio de Janeiro, e lá tenha adquirido esse perfil (informativo).

Adentrando aos escritos d’*O Pharol*, percebemos a presença de publicações que expõem falas contendo fortes tendências político-ideológicas, notórias pelo número de edições que abarcam a imigração (gráfico 1), temática de interesse não apenas da elite, mas de quase toda sociedade letrada. Iniciado o movimento abolicionista, a folha propala os posicionamentos, nem sempre convergentes, de grupos importantes. Como atenta Batista (2014, p.3), “O Pharol demonstrou que a elite da Zona da Mata mineira foi arraigada ao sistema escravista até seu último momento”. A exemplo, na edição 108 de 1884, a folha transcreve do jornal *Le Messenger Du Brésil*²⁰ um protesto ao Projeto Dantas²¹, no qual se lê:

Hoje quer-se libertar os escravos de 60 annos; porque não se poderia libertar daqui a cinco annos, em 1889, trez annos depois da promulgação provável da lei, os escravos de 55 annos, em 1894 os escravos de 40 annos, e em 1899 os outros todos, na hypothese de não se achar, nesta época, concluida a emancipação pelas manumissões particulares ou pelos fundos creados para esse fim? (O PHAROL, 23 set. 1884, p.1)

Entre os argumentos levantados no jornal, alega-se que a colonização avançada, experimentada por São Paulo, não era verificada em todas as províncias. Além do mais, a

Histórico Municipal de Juiz de Fora um exemplar d’*O Pharol*, datado de janeiro de 1870, atestando ser este o primeiro jornal do município (SOARES, 2010).

¹⁹ Mendes (2007) destaca a natureza publicista presente na maioria dos jornais mineiros durante o período oitocentista. O autor, citando Lage (2001), define o publicismo como uma característica da folha em atrair o leitor pelas publicações da redação do jornal, presentes nos denominados *artigos de fundos*, estes eram textos opinativos, de caráter político panfletário. Não significa dizer que as informações comerciais, as notícias políticas e os anúncios não despertassem o interesse do público, mas a sua atração era secundária. Vale ressaltar que apesar de comum no período, o publicismo não é característico d’*O Pharol*. Este era um jornal informativo, e como tal, tratava de variados temas, não sendo apenas um instrumento político.

²⁰ A transcrição faz referência a edição de 23 de setembro, de 1884, do jornal francês *Le Messenger du Brésil*, que circulou na cidade do Rio de Janeiro no período de 1878-1884.

²¹ Projeto proposto pelo deputado Rodolfo Dantas em 15 de julho de 1884, que redundou na Lei dos Sexagenários. Ele propunha a libertação dos escravos: a partir dos 60 anos completos; caso fossem deslocados de uma província para outra sem autorização; por fundo de emancipação; caso houvesse omissão de matrícula.

matéria aponta as consequências negativas da libertação dos cativos em Cuba e nas Antilhas que, diferente do Brasil, contavam com o auxílio financeiro da Espanha, França e Inglaterra. Na verdade, o temor apontado pelo autor da matéria não é pela libertação dos sexagenários, pois estes correspondiam a apenas 8% dos trabalhadores válidos, mas nas possíveis repercussões da lei. Assim, em um cenário repressivo e violento na relação senhor/escravo, que caracterizava as relações naquele contexto, em pouco tempo resultaria a total abolição do regime escravocrata.

Diante do apresentado, esperamos ter respondido as seguintes questões: “—Por que a escolha d’*O Pharol* de Juiz de Fora para compreender o fenômeno migratório? De que maneira este trabalho se diferencia de tantos outros que estudam a imigração no século XIX?” Reforçando a primeira questão, sintetizaremos o que já foi exposto, utilizando dos mesmos argumentos de Barbosa (2016). Na última vintena dos oitocentos, Juiz de Fora caracterizava-se por apresentar: i) relevância política e econômica, a nível provincial/nacional; ii) posição geográfica privilegiada; iii) um conjunto de infraestruturas e tecnologias; iv) financeirização econômica. Acresça-se ainda que *O Pharol* representava o marco de uma imprensa influente neste espaço, originada do Rio de Janeiro e que se constituía como porta voz das elites políticas e econômicas dessa cidade.

No que diz respeito à contribuição desta pesquisa, são escassas as obras que trabalham a imigração em Minas Gerais sob o ponto de vista da Geografia Histórica, como acenado por Santos (2016). Mais raros ainda são os estudos desta temática a partir da leitura e análise dos discursos existentes n’*O Pharol*. Considerando tal aspecto, estamos humildemente tentando compreender de que maneira a imigração estrangeira era concebida e planejada junto ao espaço mineiro no período de 1880-1892.

Diante do exposto neste item, percebemos que o jornal age como um veículo disseminador de ideias vinculadas a grupos específicos. Sua leitura deve ser feita ponderando alguns elementos. Dentre eles, a identificação do locutor e dos possíveis interlocutores. Saber quem escreve e para quem se escreve propicia uma base para o entendimento da subjetividade e coerência das notícias. O trecho do *Le Messenger Du Brésil*, sobre o projeto Dantas, transcrito pel’*O Pharol*²², por exemplo, apesar de não descartar a Abolição da escravatura, pondera que esta poderia ser feita de maneira mais segura para a economia do país. Assim, o locutor busca dialogar tanto com os abolicionistas quanto com os conservadores.

²² Ao longo deste trabalho traremos algumas matérias originalmente apresentadas em outros veículos, isto pois, n’*O Pharol*, a exemplo de outros jornais, era comum a reprodução de textos e falas.

Os jornais, enquanto fontes primárias, nos permitem interpretar diversos eventos e analisar sua dimensão política, econômica e social. Isto pois, não estamos fazendo uma leitura a partir de algo já concebido por outro autor ou autora. Contudo, tal interpretação incorre em riscos, como a possibilidade da leitura ingênua. No intuito de melhor elucidar o cenário da época, auxiliando na interpretação das publicações e em uma leitura crítica, realizamos levantamentos bibliográficos. Dentre eles pode-se citar Bernardes (1983), Greco (2009), Martins (1990), Martins (2010), Menezes (1997), Monteiro (1973) e Motta (1998). Se queremos visualizar nosso objeto em sua totalidade, devemos nos assentar na ideia de que somos *nanos Gigantum humeris incidentes*²³.

²³ Está é uma metáfora associada ao filósofo platônico Bernardo de Chartres, século XII (D.C.), nos comparando a anões “*aos ombros de gigantes*”, pois assim, temos o campo de visão expandido, visualizando um maior número de coisas, e mais distantes. Esta frase se tornou mais conhecida com Isaac Newton, que em 1676, ao pesquisar sobre o fenômeno das cores, momento em que Robert Hooke também estava realizando experimentos com a luz, envia uma carta para este. A carta foi em resposta a algumas discordâncias entre os cientistas, e nela, possivelmente de forma sarcástica, devido a postura corporal de Hooke, Newton escreve “se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”.

2 IMIGRAÇÃO E TRABALHO: INTERPRETANDO O PROJETO IMIGRATÓRIO À LUZ D’O PHAROL

2.1 Minas é o café, e o café é o imigrante: a abolição do regime escravo e o estímulo a imigração

Quedê o sertão daqui?
 Lavrador derrubou.
 Quedê o lavrador?
 Está plantando café.
 Quedê o café?
 Moça bebeu?
 Mas a moça onde está?
 Está em Paris.
 Moça feliz!

(RICARDO, 1972, p. 141-142)²⁴

Iniciamos esta seção com a epígrafe acima, de Cassiano Ricardo. A leitura do poema nos levou a imaginar uma sucessão de paisagens, cuja transformação representava o progresso. Do sertão²⁵ desbravado à inserção do café, fruto de grande importância econômica, que após todo o processo produtivo está sendo consumido em países estrangeiros. Para melhor elucidar nosso olhar espacial sobre os versos de Cassiano Ricardo, vamos discorrer, neste item, sobre a magnitude da rubiácea na economia nacional, mais especificamente em Minas Gerais. Dissertaremos, nas demais seções, sobre o desejo, por parte do Estado, de desbravar e ocupar todo o território mineiro, introduzindo, junto com o café, o imigrante, outro elemento do progresso idealizado.

As estrofes da *Moça tomando café* nos indicam de modo sutil que a economia brasileira do século XIX conservava as características de uma economia colonial, cujo principal setor estava vinculado à grande lavoura de exportação. O Império fornecia ao mercado externo os produtos que estes não produziam, ou por questões climáticas, ou por uma lógica de centro e periferia, na qual as áreas periféricas complementavam às economias centrais, de forma a não haver concorrência. Dentre os produtos fornecidos, como açúcar, fumo, algodão, destaca-se o café (BERNARDES, 1983).

²⁴ RICARDO, Cassiano. *Moça tomando café*. In: RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. São Paulo: José Olympio, 1972, p 141-142.

²⁵ Os “sertões” eram áreas ocupadas por povos silvícolas, consideradas atrasadas, que deveriam ser incorporadas às regiões economicamente mais ativas (CHRYSOSTOMO; SANTOS, 2016). Moraes (2003) elucida que o sertão não é um espaço definido por uma paisagem natural ou pela ação antrópica. “Não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno” (p.2), ele é uma ideologia geográfica. Um espaço apresentado pelo discurso dos grupos que gozam do prestígio social, econômico e político. O sertão é “o outro”, um espaço de ausência produtiva e civilizatória, de invisibilidade humana – ditos “vazios demográficos” –, uma área a ser colonizada (MORAES, 2003).

Martins (1980), em seu livro *O Império do Café*, expõe dados que salientam a importância da rubiácea nas exportações brasileiras, que podem ser visualizados nas duas tabelas abaixo; a primeira informa a porcentagem da produção brasileira em relação à produção mundial de café ao longo das décadas de 1830 a 1880.

Tabela 1 - Porcentagem da produção brasileira na produção mundial de café

Década	Participação da produção (%)
1830-1839	29,70
1840-1849	40,00
1850-1859	52,09
1860-1869	49,07
1870-1879	49,09
1880-1889	56,63

Fonte: PINTO, 1968, p. 156²⁶ apud MARTINS, 1980, p. 39.

A segunda tabela compara a participação, em percentuais, dos produtos mais exportados durante o período imperial no mesmo contexto dos dados apresentados na primeira tabela.

Tabela 2 – As exportações brasileiras de 1831 a 1890 (em %)

Produto	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-90
Café	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	10,8	7,5	7,5	6,2	18,3	4,2
Borracha	0,3	0,4	2,3	3,1	5,5	8,0
Fumo	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	-
Couros/Peles	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Total	88,7	86,3	89,6	76,1	101,2	86,8

Fonte: SODRÉ, 1967, p. 62; 104²⁷ apud MARTINS, 1980, p. 38.

Diante dos dados da tabela 2, afirmamos a grandeza do café na economia do Império, pois além de ser o produto mais cotado nas exportações, também é o que apresenta maior crescimento ao longo do recorte temporal. Este aumento é reflexo das demandas do mercado externo, como pode ser visto na tabela 1. Pode-se afirmar que na maior parte do século XIX, aproximadamente metade do café consumido no mercado internacional era de origem brasileira, fato que assinala a importância não só econômica como política dos grupos envolvidos com a produção e comércio da rubiácea.

Minas Gerais tinha atuação significativa no fornecimento do produto que, até a década de 1870, representava a segunda maior produção cafeeira do país²⁸, perdendo apenas para a

²⁶ PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968.

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia brasileira*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

²⁸ Wirth (1982) desta ainda que, salvo “o breve período do ‘boom’ do café na década de 1890, o estado era auto-suficiente em alimentação” (p.46).

Província fluminense. Assim, mesmo com o crescimento vigoroso de sua produção, como pode ser verificado na tabela 3, durante a década de 1880, devido a uma rápida expansão e o desgaste das terras, a produção do Rio de Janeiro começou a entrar em decadência. No entanto, apesar de Minas Gerais ainda possuir terras para ocupar e cultivar, faltava aos mineiros uma posição empreendedora²⁹. Isso retardou a expansão dos cafezais, deixando o primeiro lugar para São Paulo (LIMA, 1977).

Tabela 3- Média da produção de café de Minas Gerais (1850-1899)

Década	Produção em arrobas	Produção em milhares de toneladas
1850-1859	1.521.512	23,69
1860-1869	3.123.743	45,72
1870-1879	5.111.374	74,82
1880-1889	9.922.307	145,25
1890-1899	13.982.466	204,69

Fonte: GIROLLETTI, 1976, p.155³⁰ apud PIRES, 2007, p. 139.

As áreas produtivas do estado eram: a região da Zona da Mata, responsável pela maior parte da produção cafeeira da província; a região Central, ligada às atividades de mineração; e o Sul, a terceira região de maior destaque, que buscava benefícios políticos e econômicos, ora apoiando à Mata, ora a Central³¹. A importância da Mata na produção do café era evidente, pois entre os anos de 1847 a 1851, quase toda produção originava-se dela, de 1886 a 1926, excetuando 1903 e 1904, sua participação correspondia a mais de 70% do total.

²⁹ O termo “empreendedor” aparecia em algumas publicações do jornal. Exemplo disso é uma matéria que exaltava o desenvolvimento estadunidense em contraponto à inércia de Juiz de Fora, afirmando que, “salvas pouquíssimas exceções, o município mineiro, cada vez mais minguado, não caminhou [...] pelo impulso da indústria que não fomenta, da imprensa que não quer, da imigração estrangeira que não procura, da agricultura [...] que não anima”. Adiante, ao se refletir sobre a lentidão do desenvolvimento, acrescia-se que “uma das causas que mais teem concorrido para o estacionarismo da vida municipal é que o indivíduo mais considerado pelo povo não é o industrial inteligente, [...] nem o agricultor adiantado, nem o commerciante empreendedor” (O PHAROL, 06 jun. 1891).

³⁰ GIROLETTI, D. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1976.

³¹ Estamos utilizando da mesma divisão de Wirth (1982), na qual Minas Gerais é composta por 7 sub-regiões: Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Centro, Mata e Sul. Segundo o autor, o Triângulo, o Sul e o Oeste, expressam-se como extensões do interior paulista, apresentando similaridades culturais e econômicas; o último, pertencia a antiga fronteira colonial do gado. O Norte exibia, neste período, uma economia estagnada, caracterizada por velhas cidades margeando extensos latifúndios. O Centro foi sede do governo provincial, e mais tarde estadual, contudo, perdeu influência política sobre as demais regiões, primeiro pelo isolamento, com ineficientes redes de comunicação, segundo pela economia inexpressiva, após a decadência da mineração. Na Mata e no Sul a economia muito se destacou ao longo do século XIX, com o desenvolvimento de indústrias, comércio e bancos, possibilitados pela expansão da lavoura de café. “Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político” (ibid, p.43).

³¹ Gomes e Ferreira (2006, p.14) trazem uma estimativa dessa dependência, temos “cerca de 50 mil africanos entrados no século XVI; 560 mil no século XVII; 1.400.000 no século XVIII e cerca de 2 milhões no século XIX, isso com o tráfico sendo considerado ilegal em 1830. O Brasil recebeu, portanto, 4.010.000 africanos, cerca de 40% do contingente desembarcado nas Américas”.

A produção de Minas, apesar dos momentos de crise da cafeicultura, como à decorrente da falta de braços associada ao fim do regime escravocrata, ao longo de todo este período, conseguiu manter a estabilidade da exportação de seus produtos. Como afirma Viscardi (1995, p. 47), mesmo “sendo o mosaico mineiro composto de grande diversidade econômica interna, a base de sustentação econômica do estado era o café. E este era produzido em larga escala em latifúndios escravistas”. Assim, a produção cafeeira era de suma importância para os cofres públicos do Estado, pois geravam impostos que alimentavam a receita, seja os de exportação, territorial rural ou os indiretamente ligados ao café. Por outro lado, foi a estabilidade nas exportações desse item e as políticas de fomento à produção, que possibilitaram alguns fazendeiros a investirem o capital em outros setores da economia como o imobiliário, financeiro e industrial.

Como expressado por Bernardes (1983, p. 50), “o novo saía do velho, dele se alimentava, mas tinha um dia de destruí-lo, se quisesse desenvolver todas as suas potencialidades”. O autor usa o termo “velho” em referência ao trabalho escravo, este que possibilitou uma acumulação de capital até mesmo em setores não-escravistas, e.g., no desenvolvimento manufatureiro. Contudo, para se adequar à lógica liberal e desenvolver toda sua potencialidade, era necessário o fim do regime cativo.

Demonstrado em vasta historiografia, no Brasil Império a economia muito dependia do braço escravo³², como pode ser atestado no censo populacional realizado em 1872, único a contabilizar a população cativa. De um total de 9.930.478 habitantes do Brasil, 58% se declaravam pardos ou pretos, e 1.510.806 (15%) eram escravos (PAIVA, et al., 2012). Neste quadro, a província mineira era a que possuía maior contingente de cativos (ver tabela 4).

Tabela 4 – População escrava por Província, 1823 e 1872

Estado	1823	1872
Minas Gerais	215.000	370.459
Rio de Janeiro	150.549	292.637
São Paulo	21.000	156.612
Espírito Santo	60.000	22.659
Bahia	237.458	167.824
Pernambuco	150.000	89.028
Sergipe	32.000	22.623
Alagoas	40.000	35.741
Rio Grande do Norte	14.376	13.020

Fonte: STEIN, 1957, p. 295³³ apud TEIXEIRA; DANTAS, 1982, p. 213.

³² STEIN, Stanley J. Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1957. 314 p.

Segundo Wirth (1982), estima-se que dos 723.000 negros libertados com a Lei Áurea (1888), aproximadamente 192.000 ($\cong 27\%$) eram oriundos de Minas Gerais. E dentro do território mineiro, a Mata era a região que mais concentrava a população negra (ver tabela 5).

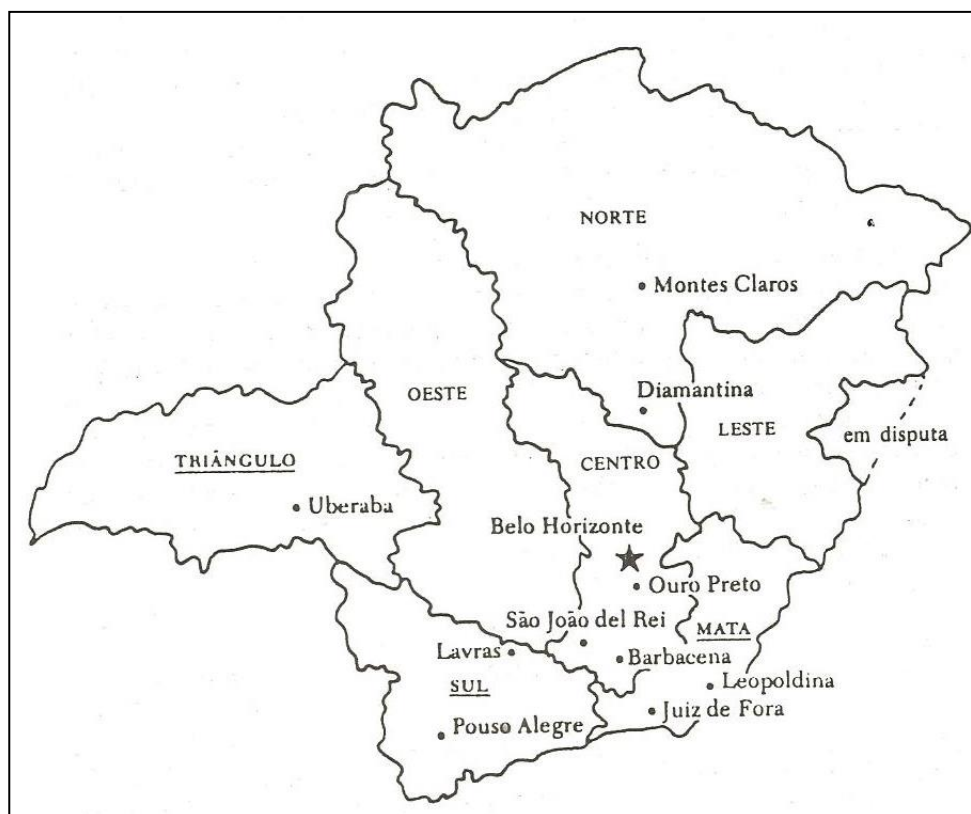
Tabela 5 – Proporção de negros na população mineira (1890)

Zona	1890
Norte	15,72%
Leste	12,93%
Oeste	14,56%
Triângulo	13,84 %
Centro	19,15%
Sul	18,03%
Mata	24,18%

Fonte: WIRTH, 1982, p. 52.

No mapa abaixo, da Província de Minas Gerais, podemos identificar a localização das sub-regiões mineiras mencionadas na tabela 5.

Figura 2 - As sub-regiões de Minas Gerais (XIX)



Fonte: Wirth (1982, p.42).

Diante da importância econômica do café, os fazendeiros mineiros, arraigados a um regime escravocrata e latifundiário, viam a emancipação dos cativos como o fim da grande lavoura. Portanto, buscaram de todas as formas conter o movimento abolicionista. A exemplo

desta mentalidade, podemos citar o depoimento de João Pedro Carvalho de Moraes³⁴ que escreveu, em um relatório apresentado ao Ministro das Obras Públicas, o seguinte trecho n' *O Pharol*:

Dificuldades maiores do que as de 1847, ainda complicação a situação presente, pois que, levantada a questão da emancipação do ventre como preliminar da do elemento servil, trata-se não só de extinguir a última fonte que alimenta a servidão, mas até mesmos de repudiar, em um futuro mais ou menos próximo, esse triste legado dos seculos passados. E a lavoura do paiz que, durante estes ultimos vinte annos, tem continuado a apoiar-se no braço escravo, vê-se agora exposta ao perigo de soffrer uma diminuição gradual, mas rapida de suas forças e uma transformação futura, mas inevitavel e radical, nas condições de trabalho de seus operarios (O PHAROL, 28 nov. 1878, p.1).

João Pedro Carvalho de Moraes, ao mencionar as dificuldades de 1847, provavelmente fazia referência ao decreto *Bill Aberdeen* (1845)³⁵ e às consequências imediatas desta lei que impulsionou o aumento expressivo das importações de escravos, assim como a elevação dos seus preços. Segundo Mattos e Gonçalves (1991), no ano de 1845 chegaram aos portos do Império 19.453 cativos, contrastando com 1846 e 1848, que equivaleram, respectivamente, a 50.325 e 60.000 indivíduos. Esta reação foi resposta ao provável fim do tráfico negreiro intercontinental, que veio a se extinguir de fato em 1850 em função da lei Eusébio de Queiroz³⁶.

O proprietário e redator d' *O Pharol*, George Charles Dupin (1875-1885), ao transcrever este relatório, complementa os dados apresentados, informando como a situação da força de trabalho escrava seria agravada em 1871, com a promulgação da lei do Ventre Livre. Esta, como previu João Pedro Carvalho de Moraes no trecho supracitado, acabou com uma das fontes de manutenção do regime cativo, garantindo que nos anos vindouros os filhos das escravas nascessem livres. Assim, apesar de Bernardes (1983, p.52) afirmar que “as bases da reprodução da força de trabalho escrava residiam não na sua reprodução biológica, mas na

³⁴ Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1872-1875), posteriormente presidente da província de Pernambuco (1875-1876).

³⁵ O decreto *Bill Aberdeen* foi resultado da insatisfação britânica diante da não-renovação de tratados comerciais livre-cambistas pelo império brasileiro, assim como a adesão de um protecionismo alfandegário. O decreto “concedia ao almirante inglês o direito de aprisionar navios negreiros mesmo em águas territoriais brasileiras e de julgar seus comandantes” (MATTOS; GONÇALVES, 1991, p.72).

³⁶ Mas então por que a tabela 4 informa um aumento no número de escravos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro duas décadas após a lei Eusébio de Queiroz? Este é um questionamento passível de ser feito pelo leitor, cuja resposta não é complexa. Cessou-se o tráfico intercontinental, mas não o intra e interprovincial. As zonas econômicas que entraram em decadência, e.g., o Nordeste açucareiro, supriram a demanda por escravos das áreas ascendentes. Essa mesma tabela revela que o aumento do número de escravos no Sudeste foi concomitante a queda dos mesmos no Nordeste. “Portanto, a distribuição geográfica, econômica e social da escravidão foi variável, embora, [...] tenha de uma forma ou de outra penetrado todo o corpo social da Nação e marcado seus variados domínios” (BERNARDES, 1983, p. 58).

possibilidade de manter o tráfico”, a matéria não é equivocada, afinal cortaram-se, gradualmente, as duas fontes que mantinham o regime.

As palavras de Carvalho de Moraes parecem demonstrar apoio ao fim da escravidão, a este “triste legado dos séculos passados”³⁷. Contudo, a sua inquietação não está realmente voltada às condições de trabalho, mas sim à situação da lavoura onde ele é empregado, como assinala ao mencionar que a queda abrupta no fornecimento das forças de trabalho poderia expor a lavoura ao “perigo”. Frente a esta preocupação, G. C. Dupin, nessa mesma publicação, cita um pequeno trecho do relatório escrito pelo ministro Dr. Costa Pereira, referindo-se às colônias oficiais, apresentado a Assembleia Geral em 1874, no qual ele informa que:

Tem o governo como um dos mais sérios cuidados o serviço da imigração e colonização, com que se deve augmentar a nossa população laboriosa, fornecendo ás diversas industrias, e sobretudo a agricola, os braços de que ellas tanto carecem em seu proveito e para o bem geral do paiz (O PHAROL, 28 nov. 1878, p.1).

Desta forma, percebemos que na mudança do regime de trabalho em vigor no Brasil Império, a questão escravista e a imigração estão intrinsicamente amalgamadas, pois, os estrangeiros eram considerados os melhores candidatos a substituírem os cativos. Tal pensamento é afirmado em outra publicação de G. C. Dupin, datada de 1885:

Na quadra que atravessa actualmente o paiz, em face do gravissimo problema do elemento servil, problema cuja solução trará forçosamente, em um futuro mais ou menos remoto, o desaparecimento do braço escravo; todos aquelles que se interessão por este paiz fazem converger todos os seus esforços para a reorganização do trabalho com o menor abalo possível, substituindo desde já o elemento de trabalho que tende a desaparecer por outro mais estável. (O PHAROL, 01 fev. 1885, p.1)

Portanto, após a abolição da escravidão, a medida adotada pelos fazendeiros foi a substituição dos cativos pelo trabalhador livre, oriundo, preferencialmente, de países europeus, uma vez que na perspectiva dos líderes mineiros este correspondia ao “elemento estável”. Dentre aqueles veículos que fizeram convergir seus esforços para a substituição do trabalho, *O Pharol*, como porta-voz dos interesses das elites mineiras, faz diversas referências à província de São Paulo³⁸ e ao caráter empreendedor de seus fazendeiros devido ao sucesso das políticas de imigração implantadas. A exemplo, antes da lei Eusébio de Queirós (1850), alguns fazendeiros paulistas já ensaiavam a introdução do trabalhador livre, dentre eles o

³⁷ (O PHAROL, 28 nov. 1878, p.1).

³⁸ Ed. 108 de 1884, ed. 26 de 1885, ed. 31 de 1885, ed. 259 de 1885, ed. 89 de 1887, ed. 152 de 1887, ed. 158 de 1887, ed. 201 de 1887, ed. 71 de 1888, ed. 80 de 1888.

senador Nicolau de Campos Vergueiro, que desde 1840 atraía imigrantes europeus – alemães em sua maioria – para sua fazenda em Limeira³⁹ (MARTINS, 1990; TREVISSAN, 1997).

Monteiro (1973) ressalta como o trabalhador estrangeiro em Minas Gerais era desejado pelos proprietários agrícolas e industriais como força de trabalho, e pelo Estado que buscava o povoamento de seu território. Contudo, essa demanda comum apresentava algumas divergências. A sociedade imperial “era atravessada por conflitantes interesses, expressão das diversificadas forças sociais que a compunham” (BERNARDES, 1983, p.48), e.g., o Estado visava a introdução de estrangeiros europeus, pautado em um discurso de melhoria racial e desenvolvimento técnico; por sua vez, os fazendeiros tinham preferência pelos chineses, cujo caráter subserviente representava a manutenção de relações típicas do regime escravo⁴⁰. Esta preferência significava que o trabalhador nacional havia sido alijado dos projetos de povoamento.

A exemplo, no final da década de 1880, havia nos núcleos coloniais um limite de 15% do total de terras que poderiam ser vendidas ao nacional⁴¹. Dizia-se que o nacional era instável no trabalho, uma vez que ele estaria sempre em busca de uma ocupação melhor, ao contrário do imigrante, que seria o “elemento estável”. Monteiro (1973, p.29) aponta que a “escolha do imigrante se fundamentava na dificuldade de desviar a mão-de-obra escrava da lavoura para outras atividades, e na impossibilidade de fixação do trabalhador nacional. Daí a necessidade de recorrer ao trabalhador estrangeiro”.

Na próxima seção apresentaremos quais eram os imigrantes desejáveis e seus predicados, dado que nem todo estrangeiro possuía o perfil idealizado. Estes eram elementos de um discurso racial que atribuía ao sujeito qualidades inerentes ao seu espaço de origem. Tais representações estavam municiadas de ideologias geográficas, tema que será melhor trabalhado no capítulo 3 *O Pharol que Propala os Discursos e dá Luz ao Imaginário*.

³⁹ Trevisan (1997) informa que a experiência com colonos na Fazenda Ibicaba findou em 1857, devido às condições de trabalho a que eram submetidos os colonos e a inadaptação climática destes, contudo, o exemplo do “método” estrangeiro vigorou.

⁴⁰ O interesse do Estado será melhor apresentado no item 2.2 *Pelo Trabalhador “Morigerado”, “Honesto” e “Inteligente”*, e o imaginário referente a imigração chinesa na seção 3 *O Pharol que Propala os Discursos e dá Luz ao Imaginário*.

⁴¹ Regulamento Nº 108, de 25 de janeiro de 1888, Capítulo IV, Título II, artigo 34.

§único. Nos núcleos coloniais poder-se-hão admitir famílias nacionais, que, com atestado de seus parochos e das autoridades policiaes de seus districtos, provarem ter moralidade, amor ao trabalho e pratica da lavoura, capazes de servirem de exemplo e de estímulo aos estrangeiros. O numero de lotes vendidos aos mesmos nunca poderá, porem, exceder de 15% em cada núcleo.

2.2 Pelo Trabalhador “morigerado”, “honesto” e “inteligente”

A história do Brasil caracteriza-se por um contínuo processo de expansão espacial, o “país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial” (MORAES, 1991, p.94). Desta forma, políticas de caráter territorial foram elaboradas visando o controle não apenas do espaço, como também dos corpos que nele estão. Moraes (1991, p.95), ao citar o trabalho de Lahuerta (1982)⁴², enfatiza a máxima dominante na história da política nacional: “*tutela do povo em nome da integridade do espaço*”. As políticas imigratórias estavam atreladas a esta ideia, os discursos projetados, seja pelo Estado, seja pela elite, faziam alusões ao território.

O que havia era um desejo de expansão produtiva sobre os sertões, para assim incrementar o poder político e econômico das elites mineiras (CHRYSOSTOMO; SANTOS, 2016). Mas qual o papel do imigrante neste contexto? Ele possuía duas funções: primeira, o Sertão era considerado um território a ser conquistado com a inserção de uma lógica produtiva; segundo, este não era um espaço despovoado, nele viviam povos silvícolas, dos quais, alguns seriam assimilados e outros combatidos. O estrangeiro neste caso, através do trabalho e da reprodução gênica, representava uma influência cultural desejável. Não somente a população iria se civilizar, como o espaço supostamente adquiriria o progresso manifestado nos países centrais – europeus –⁴³.

Concernente ao exposto, o fim do tráfico negreiro, com a Lei Eusébio de Queiroz (1850) complementada pela Lei Joaquim Nabuco de Araújo (1854), condicionou uma forte e rápida elevação no preço dos escravos, resultante da lógica de oferta e demanda. Estas leis engendraram duas condicionantes à realização do projeto territorial pretendido pelas elites mineiras, sendo elas a criação do discurso de “escassez” de mão-de-obra e a supervalorização do valor econômico atribuído ao cativo. Portanto, o discurso da necessidade de força de trabalho a ser aplicado nas fazendas foi essencial, pois em resposta a ele surgiu o emprego do imigrante. Como pode ser percebido na publicação de um colunista d’*O Pharol*, conhecido pelo pseudônimo de *Felix o infeliz*, é afirmado de maneira veemente que “sem o imigrante, nossas inúmeras riquezas naturais se conservarão ocultas, porque o braço escravo, não sendo movido por esse esforço consciente e nobre, que suavisa o mais improbo labor, é insuficiente para arranca-las às profundezas do solo” (O PHAROL, 03 mar. 1887, p.1). Este

⁴² LAHUERTA, Milton. “*O nacional*” como positividade: tutela do povo e domínio do território. São Paulo: mimeo, 1982.

⁴³ Nesse contexto Chrysostomo e Santos (2016) salientam como a promulgação da Lei de Terras (1850) implicou na legitimação do poder do Estado nos sertões.

é um exemplo do típico discurso que empregava o uso do território reduzido as características físicas presentes no espaço.

Destarte, o uso do trabalho estrangeiro no lugar do liberto e do nacional foi promovido pelo discurso do “progresso”, no qual a presença do europeu, além de impulsionar a economia, iria civilizar a nação com seu “esforço consciente e nobre”. Neste movimento, migrantes de diversas nacionalidades partiram de seu país e vieram ocupar as terras mineiras. Oriundos de uma Europa agrícola atrasada, em contraponto àquela industrializada, o traslado foi motivado pela crença da conquista da terra e melhores condições de vida. Por seu turno, as elites estavam afinadas com a ideia de progresso promovido pelo imigrante, mas não qualquer imigrante. Os discursos delineavam o perfil de imigrante ideal, sendo ele europeu, “morigerado”, “honesto”, “inteligente”, “sadio” e branco⁴⁴. Tais falas demonstram o caráter racista e um dos motivos pelos quais o liberto não era o trabalhador adequado para ser utilizado no novo sistema (MENEZES, 2014).

Em conferência realizada pelo comendador Gomes de Oliveira, o orador relatou que o trabalho escravo era “infecundo, atrasado, deshonrado e esterilizador, não merecendo mesmo o nome de trabalho” (O PHAROL, 26 dez. 1889, p.1). Assim, a maioria dos discursos propalados pelo periódico nesse contexto afirmava que o regime livre se mostrava fértil, moderno, necessário e inevitável. Porém, faltava o elemento que substituísse o cativo, sendo que a “população que temos não oferece base suficiente para esta reconstituição. Carecemos de sangue novo, que, infectado no organismo do paiz, traga o renovamento da nossa circulação viciada” (Ibid., p.1).

Assim, o estímulo à imigração foi pautado em duas premissas: trabalhar e povoar. Ansiava-se introduzir mão-de-obra europeia no desejo de aumentar a disponibilidade da força de trabalho, elemento essencial para a manutenção das forças produtivas. O imigrante era também desejado para o incremento da população nacional, diante de um discurso eugênico de melhoria racial. A criação de núcleos coloniais oficiais possuía, dentre outras funções, o objetivo de povoamento (MARTINS, 2010).

⁴⁴ Nas publicações d’*O Pharol*, tratando da imigração de nacionalidades fora do continente europeu, havia a proposta da imigração chinesa. Dois grupos antagônicos pleiteavam sobre a imigração chinesa, um a favor e outro contra. *O Pharol* nomeia estes grupos, na edição 215 de 1892, de “chinophilos” e “chinophobos”, respectivamente. Os “chinophilos afirmam que, como machina de trabalho, os celestes não têm rival no mundo; os chinophobos juram em como o chim é tudo quanto ha de immundo e vicioso e ruim neste orbe” (11 ago. 1892, p.1). Mesmo havendo aqueles a favor de imigrantes não-europeus, estes não eram qualificados com os mesmos adjetivos do europeu, e.g., os “chims”, na concepção da elite política e agrária, como confirmado pelo periódico, eram concebidos como subservientes ao trabalho, mas não apresentavam a honestidade e inteligência do europeu. As idealizações empregadas no discurso imigratório serão melhor apresentadas na próxima seção, intitulada *O Pharol que Propala os Discursos e dá Luz ao Imaginário*.

No intuito de remediar ao máximo o fim da escravidão, uma série de medidas tiveram que ser tomadas: a promulgação da Lei de Terras (1850), a proibição do tráfico negro, seguida pela Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e a Lei Áurea (1888) (LOURENÇO, 2013). Como explica Bernardes (1983, p.52), o Estado Monárquico “precisava assegurar a transformação da economia, torná-la capaz de competir com as outras áreas produtoras de mercadorias tropicais”, firmando seu caráter agroexportador, contudo, sem se afastar de suas tradicionais bases sociais e políticas, motivo pelo qual o “encaminhamento da ‘questão servil’ foi tão lento e gradual”. Assim, a propriedade fundiária, a abolição do trabalho escravo e o fomento à imigração estão intrinsecamente ligados ao projeto que se tinha. Afinal, “o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (MARTINS, 2010, p. 7).

Como resultado desta política, durante o período de 1880 a 1914, o Brasil recebeu aproximadamente três milhões de imigrantes. Este fluxo imigratório foi estimulado pelo governo sob dois propósitos: o primeiro à colonização e povoamento dos vazios deste vasto território; o segundo à substituição do trabalho escravo pelo livre, principalmente nas grandes lavouras de café, cujo ritmo da produção não poderia cair. Para o país, em sua “conjuntura capitalista agrário-exportadora, importar mão-de-obra representava uma alternativa viável, capaz de minimizar os traumas da desagregação da força de trabalho escrava” (GUIMARÃES, 1997, p. 180).

Contudo, quando o capital deixou de ser investido apenas no trabalhador e passou a ser aplicado na propriedade da terra, passando essa a ser valorizada, em consequência houve um movimento de expansão produtiva, ou seja, expansão das fazendas. Assim, quanto mais produtiva fosse uma fazenda, maior seria o seu valor, desta forma, “muitos fazendeiros passaram a ter preferência pela abertura de fazendas em terras novas, recém-desmatadas, onde a produtividade do cafeeiro era imensamente maior do que em regiões ocupadas há mais tempo” (MARTINS, 2010, p. 46).

A ideia de empregar o trabalhador livre como meio de elevar a produtividade era difundida em muitos discursos, independente se realizado por estrangeiro, nacional ou liberto. A exemplo, uma extensa publicação de abril de 1888 n’*O Pharol*, assinada sob o pseudônimo de *Um Touriste*, relata o atraso presente na província mineira, fruto do indiferentismo de seus lavradores em adotar o trabalho livre. O texto traz uma breve comparação com São Paulo, e os avanços adquiridos com esse sistema de trabalho, informando que “o homem livre produz tres vezes mais do que o captivo, por conseguinte uma fazenda que tiver 100 trabalhadores a

parceria produzira mais café do que outra em eguaes condições que tiver 200 escravos” (O PHAROL, 08 abr. 1888, p.1).

Apesar de haver um certo consenso das elites econômicas nesse momento da necessidade de importar mão de obra, o fluxo migratório foi dirigido pelo Estado (imperial e estadual). Somente em poucos casos tal política foi fomentada pela iniciativa privada e, em raras situações, pelo incentivo à imigração espontânea. Com relação ao gerenciamento desse fluxo, destacam-se alguns momentos: em 1865, o governo imperial auxilia no transporte⁴⁵ dos estrangeiros e investe na atração destes através da propaganda; em 1879, devido às precariedades financeiras, o governo suspende provisoriamente os investimentos a imigração⁴⁶, que deveria ocorrer espontaneamente; em 1881, na tentativa de dirigir os imigrantes às lavouras de café, o governo voltou a disponibilizar o benefício do transporte, porém concedendo apenas metade do seu custo⁴⁷; em 1892, transferiu-se para os Estados o serviço de colonização, cabendo ao governo federal apenas a introdução de imigrantes⁴⁸.

A instabilidade histórica que marcou o papel do Estado nesse setor, teve repercussões nos auxílios governamentais destinados à imigração e se deu, para além da flutuação econômica, por pressão de alguns grupos, como pode ser percebido no relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, Carlos Affonso de Assis Figueiredo, apresentado na Assembleia Provincial. Neste documento, transcrito pela redação d’*O Pharol*, são relatados alguns gastos públicos considerados desnecessários, no que tange à política imigrantista. Além disto, reconhece que:

A immigração é um phenomeno natural para a população exuberante do velho mundo e um problema vital para os povos do continente americano. Cumpre encaral-o sob o ponto de vista superior do povoamento do territorio nacional e não como simples meio de fornecer braços á lavoura. Estes hão de apparecer, na medida necessaria, pela repressão da ociosidade e logo que o influxo natural das leis economicas estabeleça a devida proporcionalidade entre o trabalho e o salario (O PHAROL, 23 ago. 1889, p.1).

Carlos Affonso de Assis Figueiredo, apesar de afirmar a importância do imigrante no trabalho da lavoura, descreve que estes deveriam atender ao plano maior, à política de colonização. Para ele, os gastos públicos destinados à imigração nas fazendas seriam

⁴⁵ Decisão Nº 487 de 25 de abril de 1865, concede aos emigrantes, além dos favores anteriormente outorgados, a diferença do preço nas passagens para os portos do Império.

⁴⁶ Decreto Nº 7.570 de 20 de dezembro de 1879, suspende provisoriamente a execução do Decreto Nº 3784, de 19 de janeiro de 1867.

⁴⁷ Lei Provincial Nº 2.819 de 24 de outubro 1881, concede aos lavradores de fazendas agrícolas, a título de auxílio, uma subvenção correspondente à metade das despesas de transporte de cada colono estrangeiro, que engajarem para o custeio e amanho de suas lavouras.

⁴⁸ Lei Nº 126 de 21 de novembro de 1892, Art. 6º, inc. VI, fica o Governo autorizado:

A providenciar de modo que, sem prejuizo do serviço de immigração, seja transferido o de colonisação aos Estados, á medida que cada um destes se habilite para assumir a responsabilidade de um tal encargo.

dispêndios desnecessários. Isto, pois considerava que a presença de imigrantes nos núcleos coloniais seria um atrativo a estimular à imigração espontânea; fluxo que seria alimentado pelo contexto de crise econômica que levava à repulsão em países europeus. Notava-se, ainda, nos relatos uma pequena crítica à exploração do trabalho por parte dos fazendeiros devido ao diminuto salário pago aos colonos, o que representava empecilho à imigração.

Como efeito, em 1890, dos 315.312 estrangeiros existentes no país, apenas 13% estavam em Minas Gerais. Naquele ano, a população mineira contabilizava 3.184.099 de habitantes, dos quais somente 1,4% (44.577) era de imigrantes. Dentre os motivos da inexpressiva imigração na província, elenca-se a falta de unidade na administração pública, o fornecimento desigual de subsídios para os imigrantes, e o não cumprimento das promessas feitas pelo Estado através do serviço de imigração (MONTEIRO, 1973).

3 O PHAROL QUE PROPALA OS DISCURSOS E DÁ LUZ AO IMAGINÁRIO

[...] e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável (BARRETO, 1956, p. 21)⁴⁹.

Na intenção de fomentar o fluxo migratório, diversos discursos projetavam para o exterior imagens do território nacional carregadas de visões edênicas do espaço (ARAÚJO, 2016; SANTOS, 2016). O Eldorado exposto por Lima Barreto em sua crônica *A Volta*, presente na epígrafe desta seção, compreende uma das representações do Brasil que se disseminava no estrangeiro. Outro exemplo pode ser verificado em uma publicação de 1882, na qual o engenheiro chefe J. S. de Castro Barbosa, ao exaltar a importância das linhas férreas na região do Centro⁵⁰, em Minas Gerais, faz uma caracterização das terras próximas as imediações de Ouro Preto e Mariana.

Ahi temos o café, o assucar, o fumo, o ferro, o ouro, e cereaes em producção de inundar o mercado Rio de Janeiro! [...] Registramos aqui, como incentivos igualmente poderosos a immigração a cultura do chã da India, [...] onde o cultivo e fabrico [...] attingirão um gráo de perfeição jámais alcançado em outro ponto do Imperio [...]. Não deixaremos de consignar que o trigo e o centeio dão perfeitamente nesta zona e bem assim muitos fructos de paizes frios como a maçã, o marmello, o pecego, a nóz, a azeitona, a amendoa, a uva e a castanha. O bicho da seda [...] e a amoreira desenvolvem-se admiravelmente em Ouro-Preto. [...] E finalmente no meio das mais ricas jazidas de ferro do mundo talvez, que se encontra o lignito [...] (O PHAROL, 02 mar. 1882, p. 2).

As palavras de Castro Barbosa transpõem ao leitor um imaginário do espaço como extremamente fértil, detentor de uma variedade produtiva e apto ao imigrante europeu. Este traria o progresso, afirmação evidente na fala da Sociedade Central de Imigração ao declarar que “as nossas condições de trabalho e de produção” seriam melhoradas “pelo imigrante inteligente, laborioso e ávido da liberdade, de propriedade e de bem-estar para a família” (O PHAROL, 14 nov. 1885, p.1).

Este tipo de discurso estava presente em anúncios semeados na Europa para os agricultores desejosos por melhores condições. Como colocado por Martins (1990, p. 70), foi “preciso muita propaganda para criar uma imagem favorável do Brasil que incentivasse a vinda de imigrantes [...] para as fazendas de café. Era necessário criar uma imagem

⁴⁹ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *A Volta*. In: *Vida Urbana*. Fundação da Biblioteca Nacional, 1956. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2171>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵⁰ Divisão sub-regional de Minas, ver WIRTH, John. *O fiel da Balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

paradisiaca e segura do país”. Por isso a região mencionada por Castro Barbosa era representada como fértil e rica e cujos únicos problemas seriam: a falta de uma estrutura para o escoamento da produção e de quem nela se enriqueça.

O caráter progressista, moderno e civilizador que estava atribuído ao imigrante, faz referência, para além do sujeito, ao seu espaço de origem. O imigrante desejável era europeu⁵¹, com destaque aos oriundos de países ibéricos e italianos, devido à proximidade cultural (MENEZES, 2014). Essas concepções são resultantes das ideologias geográficas, através de “um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes” (MORAES, 2003, p.2). Como pode ser verificado em uma publicação do proprietário d’*O Pharol* G. Charles Dupin (1875-1885), já mencionado neste trabalho, tais representações fazem referência à experiência vivenciada no núcleo colonial D. Pedro II:

Temos, bem perto de nós, o exemplo do quanto póde o trabalho intelligente applicado á lavoura [...]; todos sabem que as terras em que foram estabelecidos os colonos são as peiores que se possam imaginar, e no entanto conseguirão elles tornal-as productivas, arrancando-lhes todos os productos com que ainda hoje abastecem o mercado desta cidade. Imaginemos agora esses colonos estabelecidos em terras ferteis, como as que abundão nesta provincia! Que maravilhosos resultados não obterião eles? (O PHAROL, 15 nov. 1885, p.1).

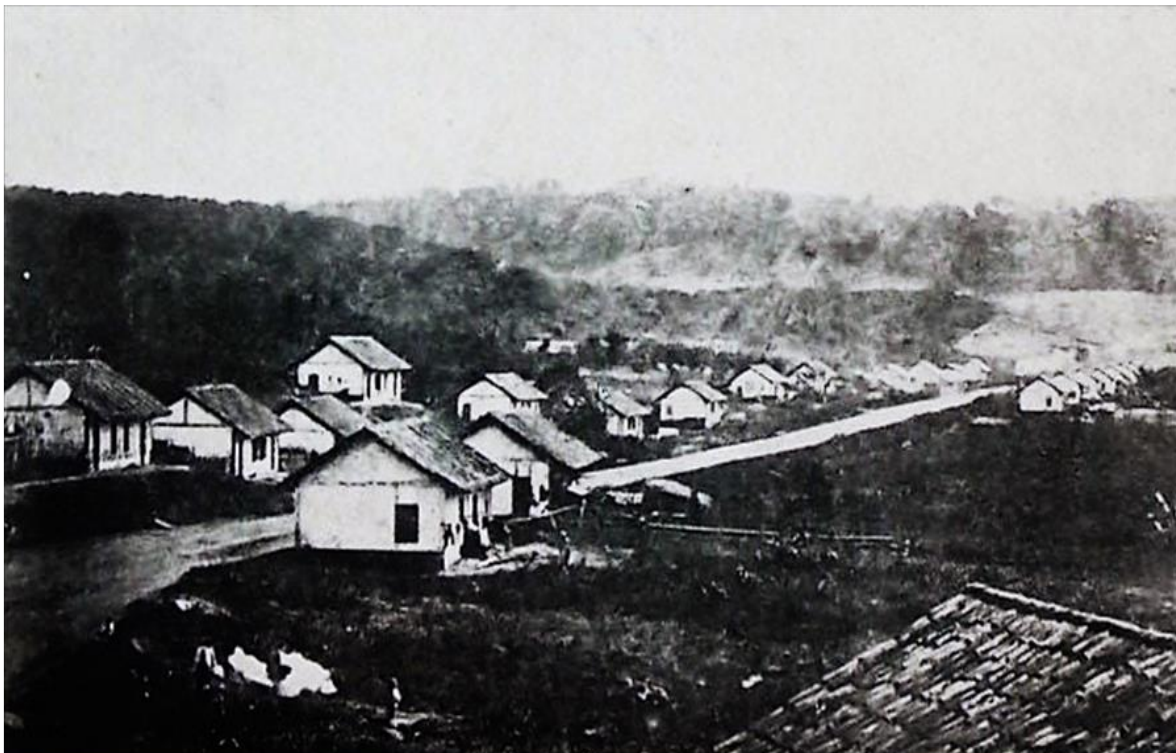
A encenação feita por Dupin sobre a colônia D. Pedro II (ver figura 3) constituía-se numa estratégia para estimular novos investimentos, ao passo que ele afirma ser “a provincia de Minas [...] uma das mais favoraveis, senão a mais favoravel de todas para a introdução de colonos”. Ao discutir o caráter de representações desse tipo, Moraes (1991, p.23) expõe que tal a construção simbólica de um lugar constitui-se em um projeto ininterrupto, no qual “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço”.

Afinal, quando associamos a sua análise ao caso de Minas Gerais, vemos que os discursos sobre a paisagem enfatizavam que as riquezas de Minas Gerais poderiam ser potencializadas se fossem apropriadas pelo hábil trabalho estrangeiro, ou seja, que o espaço iria se transformar⁵² em direção ao progresso, formando paisagens com novas possibilidades de uso.

⁵¹ O perfil de estrangeiro a ser introduzido no país era pautado em qualidades físicas, mentais, profissionais e raciais, sustentados pela dita ciência moderna. Além dos “braços para a lavoura”, falava-se de “plasma de reprodução”, o imigrante iria adicionar “sangue novo” a nossa etnia (PERES, 1997)

⁵² O discurso traz a ideia de que os diferentes espaços estão apenas em tempos (estágios) distintos, como se houvesse uma única trajetória linear para o desenvolvimento, considerando o espaço como imóvel, morto, subordinado. Esta lógica que prioriza o tempo em detrimento do espaço foi muito contestada por Doreen Massey em seu livro *Pelo Espaço* (MASSEY, 2008).

Figura 3 – Aldeia da Colônia de Dom Pedro II (1872)



Fonte: Fonte: LAGE; ESTEVES, 1915, p.61.

Em contraponto ao imigrante/origem desejáveis, havia os indesejáveis, a exemplo, os de origem asiática. Este aspecto pode ser visualizado na fala do comentador Gomes de Oliveira, em uma conferência, quando se posiciona contra a introdução chinesa, afirmando que esse grupo condenaria a marcha do progresso:

[...] fornecendo apenas machinas de trabalho e devendo prejudicar-nos pelo abastardamento da nossa raça. O paiz não carece só de machinismos automaticos para o serviço rural, precisa, sobretudo, de almas e consciências – de cidadãos que a raça mongolica não lhe poderia dar. A ter de optar entre a colonisação chinesa e a africana, não hesitaria em dar preferencia a esta. (O PHAROL, 26 de dez. 1889, p.1)

Assim como o caso europeu, a concepção genérica de Gomes de Oliveira não está no sujeito, mas sim no espaço de origem, fazendo até mesmo uma breve comparação com países africanos, pelos quais, inclusive, demonstrava preferência (ver figura 4). Portanto, o que se desejava reproduzir na província era a imagem que se tinha do espaço europeu.

Figura 4 – Representação da Revista Ilustrada sobre a introdução de chineses (1879)



Fonte: Revista Ilustrada⁵³, ago. 1879, Rio de Janeiro p. 4 apud BONFIM, 2016, p. 76.

Ainda sobre a imigração chinesa, uma edição d’*O Pharol*, datada de 1892, publicada sob o nome de Marcos Valente, expunha um dos discursos mais impregnados de ideologias raciais dentre os exemplares lidos. Diante de um posicionamento favorável dos senadores a imigração chinesa, segundo as considerações do próprio redator, Marcos Valente dizia que apoiava a imigração dos “amarelos”⁵⁴, contudo, seus argumentos são, se não impactantes, no mínimo ofensivos. Ele indagava, na matéria, de forma estereotipada, se o “chim” é “ambicioso, é sombrio, é forte e duro como o corvo, não cruza, é subserviente, humilde, trabalhador; alimenta-se de arroz e de nostalgia, não adoece nunca, trabalha sempre e baratinho [...]. Que melhor? Ora! Que venha, então!” (*O PHAROL*, 21 ago. 1892, p. 1, grifo nosso).

Ao destacar que o “chim” não cruza, ele respondia aos que contestavam a assimilação da consanguinidade chinesa, como era o caso do deputado Florisbello Freire. Em uma

⁵³ A folha foi fundada no Rio de Janeiro em 1876, pelo italiano Angelo Agostini, e circulou até 1898. Caracterizada por ser um produto artístico, mas principalmente político, a publicação continha oito páginas, das quais quatro eram ilustradas através da técnica de litografia. Ao todo foram 739 edições, excluindo as complementares, que não eram numeradas. Durante sua existência, destaca-se que a revista nunca atuou como porta-voz de qualquer partido ou organização política. *REVISTA ILUSTRADA*. In: *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20ILUSTRADA.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

⁵⁴ Chins, chuchaes, coolies, escravos brancos, povo celeste, dentre outros, eram nomes utilizados para referenciar ao imigrante chinês.

entrevista, este político questionava o repórter sobre: o “caracter nacional, já deturpado pela procedencia que tem do portuguez, do africano e do indio, si receber agora a influencia nullificadora do chim, a que ficará reduzido?” (ibid, p.1)

O repórter respondia com as mesmas palavras de Marcos Valente, ao contestar que “essa influencia talvez não se effectue, porque [...] parece que o chim não cruza” (ibid, p.1). O deputado Freire concordava, mas não satisfeito, fazia uma tréplica:

O chim não cruza [...], mas a mulher do chim, exactamente porque se submete por indole, levará para o futuro o germen do annuquilamento da nossa individualidade: o brasileiro, pela mesma razão que induz o conquistador a perseguir a mulher casada, atormentará a mulher do chim, e o cruzamento, comprehende, será fatal (ibid, p.1, grifo nosso).

Não bastasse o discurso ofensivo ao “chim”, os autores da matéria ainda estigmatizavam a cultura nacional ao dizer que o brasileiro “cruza com todas as mulheres, a começar pelas dos outros e acabar pelas dos chim” (ibid, p.1). As imagens de “conquistador”, “sedutor”, em contraposição à passividade dirigida a chinesa, evidenciam o tom preconceituoso e vulgar do autor da matéria. Isso se revelaria quando Freire afirmava mais adiante que caso brasileiros cruzassem com as chinesas os seus filhos haveriam “de conversar com os habitantes de Marte, veraneiar na lua, fazer diariamente a viagem á Europa em balão para fazer compras ou ir ao trabalho e hão de comer, dormir e amar por sugestão – sem iguarias, sem somno e sem mulher” (ibid, p.1).

Na passagem acima, o deputado faz uma mistura, entre o que compreende como pior das características culturais do nacional e do chinês. Estabelecendo diálogo com Marcos Valente, ele acrescentava em suas argumentações a seguinte pergunta:

E de que cor seriam elles, os nossos netos? No caldeirão das tintas pigmentarias do Brazil, á sépia do indio, ao carvão do africano, ao rouge do portuguez addcionada a óca do chim, que nova e extranha côr se formaria? E o typo? Que facies daria essa amalgama de traços tão diversos?
Ora imagine-se Nhô Quim com o nariz de Pae João e os olhos de Xin-Xan-Fó! Que horror? (O PHAROL, 05 out.1888, p.1)

Essas falas com conotação racial eram recorrentes em publicações que evocavam o nacional, o europeu, o negro e o chinês, objetivando criar um imaginário coletivo sobre esses personagens.

A comparação entre o negro e o chinês, já mencionada neste item, compreende outro exemplo de discurso racial. A figura 4, apresentada anteriormente neste capítulo, contém a seguinte legenda: “Pobre lavoura! Já não bastava o preto, vais ter o amarelo! Com o auxílio de duas raças tão inteligentes, ela há-de progredir de um modo espantoso!”. Nesta imagem, a

moça cabisbaixa, aparentemente, representa a lavoura entristecida com esses dois personagens, que não hão de fazê-la progredir.

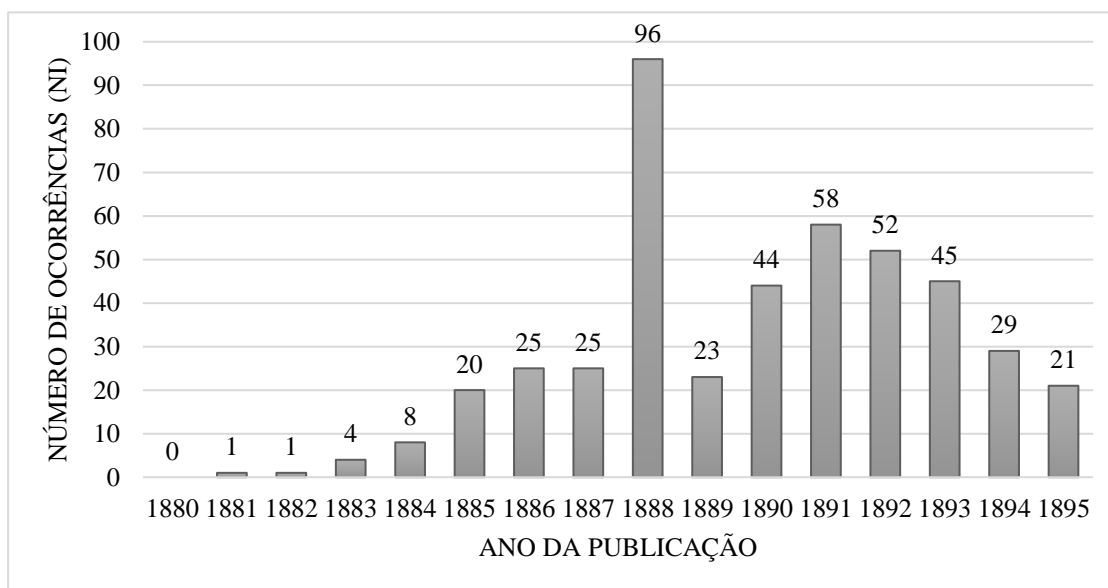
Compreendemos então, que o fomento ao fluxo migratório e fixação do estrangeiro, correspondia também ao desejo de transformar a população nacional, como verificado na fala do redator e proprietário d'*O Pharol*, Lindolfo de Assis (1885-1888). Na edição de número 153, do ano de 1888, ele declara: “—não devemos querer que Minas converta-se em uma grande estalagem de estrangeiros, senão, porém em um centro de assimilação ethnica, onde se não obliterem nem pouco nem muito as características de nossa primitiva consangüidade”⁵⁵. A fala de Lindolfo complementa a de Carlos Affonso, ao eliminar a possibilidade de os núcleos coloniais serem concebidos como simples espaços de assentamento do estrangeiro. Assim, a introdução de imigrantes não se baseava apenas na disponibilidade de sua força de trabalho, mas na “melhoria” do nacional, com seu branqueamento, e na assimilação de novas técnicas agrícolas.

⁵⁵ (O PHAROL, 07 jul. 1888, p.1).

4 O COLONO, O FAZENDEIRO E A PROPRIEDADE DA TERRA: UM REGIME DE TRABALHO NÃO TÃO LIVRE, QUE DIRÁ ASSALARIADO

Iniciamos esta seção com o gráfico abaixo, referente ao número de publicações *d'O Pharol* que contêm o termo “*imigração*”. Mas o que este gráfico nos revela? E por que ele só foi apresentado agora? Neste gráfico temos um ápice evidente, não coincidentemente, no ano da abolição, seguido e antecedido de oscilações. Estas matérias tratam, direta e indiretamente, da transição do regime de trabalho e suas implicações na lavoura. Seus protagonistas são, em sua maioria, políticos e fazendeiros. Se considerarmos que o gráfico expressa dois momentos, o anterior e o posterior à Lei Áurea (1888), teremos, respectivamente: falas que representam a dúvida, a incerteza, a indagação e o anseio perante as consequências da abolição; e a cobrança, os protestos e a adaptação ao novo regime de trabalho. Por estes mesmos motivos, apresentamos o gráfico agora, ele compreende parte dos resultados deste trabalho.

Gráfico 1 - Ocorrências do termo “*imigração*” no periódico O Pharol (1880-1895)



Fonte: Banco de dados da Biblioteca Digital Nacional. Elaboração própria.⁵⁶

No tocante às relações trabalhistas, na lavoura, a substituição do negro pelo colono talvez tenha resultado em poucas mudanças, afinal o trabalho a ser executado era o mesmo. Tem-se a troca do trabalho coletivo realizado pelos escravos por um em formato familiar, exercido pelos imigrantes. Na relação entre fazendeiro e trabalhador as transformações foram mais expressivas, pois os meios de extração do trabalho negro, pautados no castigo, e a

⁵⁶ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20187&pesq=IMMIGRA%C3%87%C3%83O>>. Acesso em: Mar. 2018.

extensa jornada de trabalho não eram cabíveis ao colono e o pretendido regime livre, seriam necessários novos mecanismos para a extração de seu trabalho.

Afim de ilustrar a lavoura de café sob o trabalho negro e estrangeiro, incluímos as figuras 5 e 6. Estas apresentam, respectivamente, dois cafezais: um paulista, datado de 1912, sob os tratos de imigrantes; e um mineiro sob os cuidados de escravos, no período entre 1861 e 1880. O objetivo é apresentar as similaridades entre os componentes da paisagem nos dois casos, através de uma leitura imagética⁵⁷. Pois, como expõe Lapa (1993, p.61), mesmo que a transição do trabalho tenha implicado “modificações estruturais nas relações sociais de produção e nas forças produtivas, na verdade não alterou substantivamente a *paisagem*” – da fazenda.

Figura 5– Imigrantes na lavoura de café no interior de São Paulo (1912)



Fonte: Museu da Imigração do estado de São Paulo⁵⁸

⁵⁷Ressaltamos que o emprego dessas imagens possui algumas falhas, ou no mínimo carências. Primeiro, são cafezais de espaços distintos, um de São Paulo e o outro de Minas Gerais. Segundo, as imagens não representam, necessariamente, a totalidade dos espaços, assim, não podemos concluir, de maneira generalizada, que todos os cafezais apresentam o mesmo padrão. E terceiro, essa é apenas uma leitura superficial, não estamos comparando, por exemplo, dados de produção ou a vida útil da cultura, nos impossibilitando de auferir diferenças reais no modo de produção desses dois grupos.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_022_004_010_001.jpg>. Acesso em:

Figura 6 – Escravos na lavoura de café (capa do livro *Escravos daqui, dali e de mais além*)



Fonte: MOTTA, 2012, capa.⁵⁹

Prosseguindo com o regime de trabalho, tratando-se das fazendas mineiras no final do séc. XIX e início do XX, deve-se diferenciar o trabalho livre do assalariado, pois nem todo trabalho livre se dá sob o regime assalariado. O termo livre, como aponta Martins (2010), representa a liberdade de vender a força de trabalho, o que não era possível na lógica escravocrata. Estando os fazendeiros habituados a manter, através da violência, relações de dominação de senhor e escravo, para que se implantasse outro sistema, foi necessário inserir na lavoura personagens que estavam acostumados a vender sua mão-de-obra, e que eram considerados superiores.

Retomando a fala do comendador Gomes de Oliveira, já citada neste trabalho⁶⁰, quando menciona os problemas da população negra com “circulação viciada”⁶¹ podemos interpretar como um mecanismo para insistir num regime de exploração não-capitalista, distante do trabalho assalariado. Como interpretou Martins (2010), a introdução dos imigrantes não representou o engendramento de um modelo de trabalho nos moldes propostos

⁵⁹ MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (1861-1867)*. 1. ed. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

⁶⁰ Ver página 25.

⁶¹ A “população que temos não oferece base suficiente para esta reconstituição. Carecemos de sangue novo, que, infectado no organismo do paiz, traga o renovamento da nossa circulação viciada” (O PHAROL, 26 dez. 1889, p.1).

pela lógica liberal. O que se desenvolveu foram formas de aprisionar os colonos às fazendas, através de ganhos diminutos, sistema de endividamento e a inserção de grupos familiares, simbolizando menor mobilidade do trabalhador individualmente.

Nesse sentido, não foi o regime assalariado caracterizado pelo pagamento em dinheiro pelo trabalho realizado. Os imigrantes dirigidos às fazendas foram inseridos, na sua maioria, em outras formas de trabalho. O colonato, a exemplo, é um sistema no qual a remuneração se dava em parte através de um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal e, sazonalmente, ganhos proporcionais ao café colhido pela família de imigrantes. Havia também a possibilidade de produzir alimentos nas terras do fazendeiro, cujo produto poderia ser consumido e/ou comercializado pelos colonos (MARTINS, 2010). Ao contrário do trabalho assalariado, aqui não se fala do trabalhador de forma individual, mas sim o trabalhador familiar, o que iria caracterizar as preferências do perfil de imigrante a ser inserido na província mineira.

O modelo explicado por Martins (2010) pode ser visualizado na edição 79, publicada em 9 de abril de 1885, n' *O Pharol*. Na matéria estava exposta a proposta de um contrato elaborado por José Serbino, o qual se prontificou a “ir à Europa escolher pessoalmente as famílias de colonos morigerados, sadios e próprios para os trabalhos da lavoura” (p.2). Neste contrato, dirigido especificamente para as fazendas de café, o proprietário deveria conceder a cada família de colonos, pelo período de cinco anos, uma casa, um lote de terra para o cultivo de mantimentos, dois a três mil pés de café para cada membro da família cultivar, capinar, podar, estercar, colher e ao final entregar o produto limpo e seco. O produto da lavoura seria dividido em duas partes, uma do colono e outra do proprietário, cabendo ao último beneficiá-lo e vendê-lo ao mercado. Demais despesas essenciais eram providenciadas pelo proprietário, cujo valor deveria ser pago pelo colono a prazo e mediante juros.

Na proposta de trabalho acima referida, existem mecanismos para aprisionar o colono às terras de seu empregador. Isto porque, dentre outros fatores de repulsão, fica explícito na proposta de trabalho que a relação entre o fazendeiro e o colono não se daria de maneira justa, ou seja, revela que os grandes fazendeiros não tinham se familiarizado com as relações de trabalho capitalistas. Diante desta questão Martins (2010) ressalta que:

Como a escravidão não era mera instituição, mas sim uma relação real e cotidiana fundada em condições históricas definidas, a sua supressão jurídica ou a mera incorporação produtiva do trabalho do homem livre não era suficiente para alterar o teor do vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador (p. 49).

O vínculo apontado acima por Martins (2010), marcado pela coerção exercida pelo fazendeiro sobre seus cativos, manteve-se mesmo após o término do regime escravo e a introdução de novos personagens, uma vez que se perpetuaram alguns hábitos de violência. A hostilidade na relação entre fazendeiro e colono chegou a repercutir no jornal *Secolo*, de Milão, que em uma de suas publicações, transcrita pelo *Pharol*, avisava a seus patrícios que o Brasil não era o melhor destino para os italianos, e aqueles que quiserem emigrar, que se dirigissem para a República do Prata (Argentina). O periódico italiano relata de maneira enfática que:

Amiudadas vezes tenho sido obrigado a defender algum misero patriota nosso do chicote do fazendeiro. Um paiz, em que ainda existem a escravidão e a lei de locação se serviços (que tem por fim substituir o escravo negro pelo branco) não póde quadrar aos nossos bons, honestos e activos camponios; é melhor viver na Italia, e se assim fôr necessario, ahi morrer de pellagra do que succumbir debaixo de vergalho do senhor. (O PHAROL, 16 abr. 1886, p.1)

A continuidade da relação de opressão, mencionada pelo *Secolo*, em alguns casos, foi fomentada pelo capital investido no trabalhador, por meio da imigração realizada pela iniciativa privada. O fazendeiro investia com o transporte, a alimentação e alojava o colono em sua propriedade, disponibilizando os víveres iniciais até que este conseguisse garantir o sustento de sua família. Dessa forma, o colono ficava sujeito a uma forma de servidão por dívida, na qual o fornecimento do trabalho a fazenda não era condição apenas para a aquisição de uma pequena propriedade, mas para a obtenção da liberdade. Desprovido dos meios de produção e com um saldo a pagar, o colono estava submisso e imóvel aos interesses do fazendeiro, que arraigado na condição de senhor de escravos, retomava atos coercivos (MARTINS, 2010).

Martins (2010) explica as mudanças em se investir capital no regime de trabalho escravo e no livre, surgindo daí a necessidade, concebida pelos fazendeiros, em se fixar o colono a fazenda, como mencionado acima. Esta mudança de regime simbolizava também a liberdade do capital. O autor expõe que durante a vigência da escravidão o capital do fazendeiro estava aplicado no escravo, ao comprá-lo, em realidade, estava se comprando sua capacidade de gerar riqueza. Isso se diferia do trabalho livre, no qual para se obter o trabalho não era necessário ter a posse do trabalhador. Como exposto pelo autor, anterior a Lei Áurea (1888), a terra sem escravos, sem quem nela produzisse, possuía pouquíssimo valor monetário, pois a verdadeira importância desse bem, estava associada à existência de escravos. Assim, a valorização no preço dos escravos, que nada mais representava que renda

capitalizada, culminou no aumento de capital disponível aos fazendeiros, propiciando a manutenção da concentração econômica (MARTINS, 2010).

A disponibilidade do capital aplicado nos cativos, com o fim do regime escravocrata, repercutiu, por parte de alguns fazendeiros, no investimento de novas lavouras, expandindo a área produtiva. Mas tal expansão representava também maior demanda da força de trabalho imigrante que, como mencionado ao longo do trabalho, era a solução adotada pelo Estado que almejava o progresso. Contudo, atrair o fluxo migratório não era uma tarefa simples, principalmente para a província de Minas Gerais, que devido a posicionamentos conservadores e a interferência de uma elite agrária que lutava pela manutenção de seus privilégios, encontrava fortes resistências em relação a vinda e instalação de imigrantes.

A alternativa encontrada para a atração do estrangeiro foi, além dos subsídios da viagem, o acesso à pequena propriedade. Como afirmava o Ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, em uma publicação da *Gazeta de Notícias* transcrita pelo *Pharol*, que a “medida tomada para a provincia de Minas-Geraes é do maior alcance, embora simples ensaio, porque adapta-se ao systema que melhores resultados póde oferecer: – tornar o immigrante proprietário”⁶². Portanto, o acesso à pequena propriedade aparecia no centro de muitos discursos e propagandas cuja intenção era atrair a imigração. Este ponto de vista é observável em uma edição d’*O Pharol*, no qual a Companhia Protetora dos Imigrantes declara compreender:

[...] bem que não basta ao immigrante para que deixe a patria, a familia e os amigos a certeza de encontrar em solo estranho trabalho que lhe assegure e aos seus a simples manutenção pelo esforço constante, mas que as aspirações dos operario vão além do modesto salario, que o mais seguro allicio, o mais forte estimulo, está sem duvida na esperança. Se não na certeza, de que desde logo, ou dentro em pouco, o solo que pisa, amanhã será seu [...] (O PHAROL, 21 fev. 1888, p. 1).

A Lei de Terras (1850) que motivou a entrada de imigrantes serviu, entre outras funções, para bloquear o acesso destes indivíduos à propriedade. Afinal, para os grandes fazendeiros, o fácil acesso do colono à propriedade iria contra o desenvolvimento econômico, uma vez que desejariam produzir para si a força de trabalho que seria fornecida ao mercado. Assim, apesar da pequena propriedade ter sido a proposta mais relevante no fomento ao fluxo migratório, para que os colonos tivessem acesso a ela deveriam antes merecer. Tal mérito seria conquistado através do trabalho, presumivelmente nas grandes fazendas. “Em vez de a propriedade se tornar condição para colocar o trabalho à disposição do fazendeiro, o trabalho do colono é que se tornou condição para o acesso à propriedade” (MARTINS, 2010, p. 148).

⁶²(O PHAROL, 08 ago. 1887, p.1).

Como acima referido, o imigrante tornar-se proprietário era um processo doloroso, já que se depararam com baixos rendimentos e um sistema interno de endividamento, decorrente do fornecimento dos víveres essenciais para a família se manter até adquirir os primeiros ganhos. Tal situação foi verificada pelo italiano Reminalf, que veio para o Brasil estudar as condições em que estavam vivendo seus compatriotas. Apesar dos elogios feitos, ele apontou que do total de imigrantes existentes no país apenas “um pequeno numero vae para Minas, um dos melhores estados incontestavelmente, mas que os nossos immigrants não devem por ora procurar, porque o seu trabalho não achará ahi remuneração suficiente” (O PHAROL, 12 mai.1891, p.1). Essa matéria, como outras, reforça como o posicionamento e as atitudes de alguns fazendeiros influenciaram, direta e indiretamente, o projeto de povoamento que se desejava para Minas Gerais.

Como apontado por Godoy (2009), a província mineira almejava expandir sua área produtiva, ocupar os ditos “vazios demográficos”, colonizar seu território que, segundo os discursos propalados, possuía uma grande diversidade interna reproduzida não apenas na economia, como também na distribuição demográfica. Este propósito fica claro na matéria escrita pela redação d’*O Pharol*⁶³, na qual expressa-se o desejo de se ocupar os sertões mineiros. Nela lê-se que

o futuro do Brasil depende em grande parte do estrangeiro, que ha de vir a povoar inteiramente os nossos sertões ainda desertos, explorar todos os recursos da nossa natureza incomparavel e trazer o concurso de sua intelligencia a todas as formas do trabalho social (O PHAROL, 17 dez. 1889, p.1).

A fixação e incorporação do colono, atendendo aos interesses acima referidos, seria realizada através das colônias oficiais. Nelas, o estrangeiro seria submetido ao tão prometido regime de pequena propriedade, propiciado por um sistema de financiamento, assim como os víveres iniciais, necessários à manutenção da família, e os utensílios para o trabalho. Como aponta Martins (2010), geralmente os colonos eram assentados em terras impróprias para o café ou cana-de-açúcar, na intenção de que eles produzissem outros cereais, de menor valor econômico. A produção abasteceria inicialmente a própria família imigrante e o excedente poderia ser comercializado, mas devido ao baixo valor dos produtos, estes não geravam grandes lucros.

Por conseguinte, os imigrantes impossibilitados de produzirem mercadorias de maior valor, não conseguiram obter a renda necessária para o consumo de outros bens como roupas e remédios, sendo necessário ofertarem-se a trabalhos sazonais nas lavouras de café. A

⁶³ Neste momento o jornal era propriedade da *Empresa Tipográfica de Juiz de Fora* (1889-1891).

localização da colônia, portanto, não concorria com os interesses produtivos dos fazendeiros, ao mesmo tempo que criava uma reserva de mão-de-obra a ser utilizada nos períodos de maior demanda, como na colheita.

Fica evidente, como assevera a bibliografia utilizada neste trabalho, que o interesse dos fazendeiros comprometeu dois dos proferidos objetivos dos núcleos coloniais. O primeiro era a do cultivo de gêneros alimentícios para abastecimento do mercado interno, uma vez que as grandes lavouras não tinham o interesse de produzi-los, ou seja, a expansão dos cafezais pôs em risco tal proposta. A segunda era a de expansão da área produtiva no território mineiro, povoando novas localidades, posto que os fazendeiros tinham o interesse da força de trabalho dos colonos, principalmente nos períodos sazonais da lavoura. Conforme Martins (2010) advoga, tal proposta estava comprometida pois era importante que os núcleos ficassem localizados próximos às fazendas⁶⁴.

Além dos impasses expostos acima, a imigração subvencionada dirigida para as colônias oficiais se deparou com algumas resistências, principalmente de fazendeiros, que a viam como um desvio de recurso que poderia ser investido na cafeicultura. O proprietário d'*O Pharol*, Lindolfo de Assis (1885-1888), ao discorrer sobre tal assunto, opina que os núcleos coloniais deveriam ser fundados para fins especiais, tais como estabelecer as famílias de imigrantes que não conseguissem colocação nas fazendas; assentar os imigrantes que já tivessem algum capital e quisessem adquirir sua pequena propriedade; e por último, servir de um espaço de desenvolvimento de métodos agrícolas, no qual o nacional poderia observar e aprender com os colonos.⁶⁵ Assis demonstra nessa matéria seu posicionamento contrário aos núcleos, enquanto método de povoamento, e apoio aos fazendeiros. Afinal, o núcleo colonial seria o destino para aqueles que não conseguissem trabalho nas fazendas, o qual deveria ser a primeira opção do imigrante.

Neste contexto, a pressão por parte da elite agrária aos governos imperial e provincial para que passassem a subvencionar também a imigração destinada as fazendas aumentou. A proposta defendida era de diminuir os dispêndios dos fazendeiros com o transporte dos colonos. Assim, “em vez de encaminhar os imigrantes recrutados por agenciadores a serviço do governo para colônias oficiais, eles passaram a ser encaminhados para as próprias fazendas de café, mediante requisição dos fazendeiros” (MARTINS,2010, p.55).

⁶⁴ Santos (2014) expõe como os circuitos produtivos, mesmo fragmentados, possuem uma articulação que irá influenciar sobre a organicidade do espaço, justificando a distribuição/localização dos estabelecimentos produtivos. Assim, diante da importância da economia cafeeira, diretamente vinculada as grandes fazendas de café, concebe-se que a distribuição dos núcleos coloniais foi resultante da intervenção destes centros de produção.

⁶⁵ (O PHAROL, 7 de jul. 1888).

A exemplo da pressão política exercida pelos fazendeiros, em 1885 o Sr. Ministro da Agricultura, João Ferreira de Moura, interrompeu o pagamento de passagens gratuitas aos imigrantes, como forma de restringir os encargos do Estado. Em resposta a sua ação, represálias lhe foram dirigidas, como se pode ler na edição 135 de junho do mesmo ano, na qual a redação d'*O Pharol* declara alimentar:

[...] ainda a grata esperança de que o Sr. conselheiro Ferreira de Moura, reconsiderando o seu acto [...], não faria esperar a sua revogação, attendendo não só ás justas reclamações da imprensa que contra elle se tem manifestado como ás ainda mais justas de fazendeiros importantes e adiantados taes como os de Santa Maria Magdalena, na provinda do Rio de Janeiro, que já começavão a tratar da organização do trabalho livre em suas fazendas. (O PHAROL, 16 jun. 1885, p.1, grifo nosso)

Portanto, n'*O Pharol* predominavam posicionamentos a favor da elite agrária, uma vez que nas notícias convergiam os protestos da imprensa e as demandas de “fazendeiros importantes”. Por outro lado, a intervenção do governo, como anteriormente citado, mais do que ceder aos interesses dos fazendeiros, tinha como objetivo romper o sistema de trabalho cativo, instituindo o trabalho livre e delineando um mercado. Isto, no entanto, só seria possível com uma “socialização dos custos de formação da força de trabalho” (MARTINS, 2010, p. 56). Nessa medida, o incentivo à imigração e a promessa de acesso à pequena propriedade, foram os principais elementos para atrair os imigrantes nesse contexto para Minas Gerais.

Em Minas Gerais a imigração subvencionada, compreendia uma das ações políticas que buscou resolver o problema do fim da escravidão em 1888. Foi uma resposta prática aos anseios dos grandes fazendeiros em relação à disponibilidade de trabalhadores para a lavoura. Isso pode ser percebido na objeção de George C. Dupin, diante das falas do conselheiro Saraiva, presidente do conselho, em uma sessão da câmara de junho de 1885. Dupin afirma que

não se póde resolver a questão do elemento servil sem que previamente se tenha resolvido a immigração, ou pelo menos, devem ser resolvidas simultaneamente [...]. A pedra da base de um edificio só póde ser substituida no acto de ser deslocada. Neste caso o edificio é a riqueza publica e particular, e sua pedra fundamental o elemento servil; deslocada esta, si a immigração não estiver já preparada para tomar-lhe o lugar immediatamente o edificio [...] derrocarse-ha precipitando-se no abysmo da bancarrota (O PHAROL, 16 jun. 1885, p. 1).

De acordo com as normas estabelecidas em Lei, o encaminhamento dos imigrantes para as fazendas ou núcleos coloniais era realizado nas hospedarias, locais onde primeiramente os imigrantes deveriam se instalar. O governo provincial, pelo regulamento N° 108, em seu capítulo II, atribuiu à hospedaria de imigrante Horta Barbosa fundada em Juiz de

Fora⁶⁶, a função de receber os imigrantes, dando alimento e assistência médica quando necessária, por um período de até 10 dias. Neste local os imigrantes que não tivessem o destino já determinado, sendo ele núcleos coloniais ou fazendas, poderiam ser contratados por empregadores.

Figura 7 - Hospedaria Horta Barbosa.



Fonte: CORREA, Mauricio Lima. Hotéis, Motéis e Pensões. Juiz de Fora, 27 out. 2018.⁶⁷

Mas o benefício da passagem gratuita aos imigrantes não era disponibilizado aleatoriamente, pois havia um perfil desejado, como já mencionamos, atendendo à “população laboriosa”. Era de interesse também, tanto para o governo quanto para os fazendeiros, que se introduzissem pessoas com idade para o trabalho e que estivessem acompanhadas de familiares.

Os imigrantes que viviam em família representavam maior possibilidade de fixação no território, seja para o Estado que buscava colonizar ou para o fazendeiro que queria uma força de trabalho estável. Tal preferência fica evidente no art. 46 do regulamento N° 108, de 1888, que declara que só seriam recebidos nos núcleos coloniais os imigrantes que constituírem

⁶⁶ Lei N° 3.417 de 26 de agosto de 1887

⁶⁷ Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search/label/Mot%C3%A9is%20e%20Pens%C3%B5es>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

família, como havia sido adotado no projeto do deputado Dr. Martinho Prado Júnior⁶⁸ da província de São Paulo, no qual leia-se:

Pelo novo projecto o antigo auxilio de 70\$ para maiores, de 35\$ para adultos, e de 17\$500 para menores, será concedido somente aos immigrants casados ou com filhos que vierem estabelecer-se na provincia e aos solteiros que trouxerem em sua companhia irmão, avós ou tios, os quaes terão o direito de entrar na hospedaria de immigrants com um simples attestado que apresentem ao director do estabelecimento (O PHAROL, 08 fev. 1885, p.1).

Enfim, compreende-se que o endividamento dos colonos nas fazendas junto aos impedimentos econômicos de acesso à terra, corresponderam a dois dos mecanismos de coerção para a extração de seu trabalho. O regime de trabalho que vigorava era o livre e não necessariamente o assalariado, como mencionado anteriormente. O salário neste contexto representava para os fazendeiros um possível descompromisso dos colonos para com os ciclos agrícolas, comprometendo assim a produção. Como observável numa publicação d'*O Paiz*, transcrita n'*O Pharol*, afirma-se que

para o immigrant laborioso e que traga o intuito da sua radicação ao solo, o regimen do salario será sempre provisorio e nesse regimen não é estranhavel que elle se incline áquellas zonas de trabalho aonde o seu esforço encontre uma remuneração mais avantajada” (O PHAROL, 05 out.1888, p.1).

Na passagem supracitada, retirada d'*O Paiz*, percebe-se que ao mesmo tempo que o jornal escreve sobre um possível descompromisso dos colonos, estando em busca de salários melhores, faz também uma crítica indireta aos fazendeiros de Minas Gerais. O salário por eles ofertados é diminuto a ponto dos colonos tentarem trabalho em outras localidades. As demais formas de trabalho (leia-se de parceria, de empreitada ou misto) e o colonato, relacionavam o pagamento a ser recebido pelo imigrante com os ciclos da lavoura, aprisionando-o a terra.

Como ressaltado por Martins (2010) é importante destacar que nem todos os imigrantes que adentraram o país, assim como na província mineira, se dirigiram para a área rural para trabalhar nas fazendas. Alguns deles, que foram exceções, encaminharam-se para a área urbana, inseridos no comércio, na indústria ou até mesmo em atividades culturais.

⁶⁸ Martinho da Silva Prado Júnior, oriundo de uma abastada e tradicional família paulista. Seu pai foi deputado em São Paulo por três legislaturas, sua mãe era filha do barão de Iguape. No ano de 1866, Prado Júnior foi nomeado promotor público em São Paulo. Descontente com a política vigente, resolveu dedicar-se à agricultura, e em 1869 foi para a fazenda Santa Cruz, então distrito de Araras, onde se tornou um dos maiores fazendeiros da região. Em 1873 foi eleito vereador de Araras, que havia se tornado vila há dois. Em 1873 passou a ser membro permanente do Partido Republicano Paulista (PRB). Foi investidor do jornal *A Província de S. Paulo*, que após a República passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, periódico para o qual escreveu diversas matérias. Prado Júnior foi eleito deputado à Assembleia Provincial (1878-1879; 1882-1883), também foi presidente da Sociedade Promotora da Imigração (1886), organização que funcionou até 1895, quando foi transferida para o governo paulista. PRADO, Martinho. In: *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Martinho.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

Reconhecer o poder de grupos elitistas não significa dizer, necessariamente, que eles sobressaiam sobre todas as demais forças sociais existentes. Neste sentido, Bernardes (1983, p.48) sublinha que apesar de que a “vida política do Império tenha sido conduzida no sentido da satisfação e da defesa dos interesses da minoria de proprietários de terra e escravos, não significou que tais interesses moldassem a História ao seu bel-prazer, em um absoluto vácuo social e político”.

Este capítulo evidenciou algumas interferências da elite agrária no projeto imigratório, contudo, percebemos também que tais influências não se concretizaram sem questionamentos. Existiam divergências entre os políticos e fazendeiros, e. g., ao elegerem o melhor método de atração de imigrantes (pequena propriedade, subsídios, trabalho assalariado, trabalho a parceria) e o destino mais vantajoso para a província (fazendas particulares ou núcleos coloniais). Afinal, o espaço é fruto de inter-relações, ele é em essência social, contendo além da instância econômica, a política e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas do século XIX, na Província de Minas Gerais estava em curso um projeto territorial que tinha na substituição do trabalho escravo pelo livre um importante trunfo. Tal projeto almejava, dentre outras aspirações, expandir a área produtiva do território mineiro e colonizar os espaços despovoados, considerados atrasados, para que assim houvesse uma integração regional e maior produtividade.

Para isto, a força de trabalho estrangeira, segundo as afirmações das elites mineiras, era considerada a única capaz de “fecundar o solo”, proliferando o progresso. No intuito de atrair esse “agente do progresso”, projetaram-se discursos aos quais as ideologias geográficas estavam presentes. Tais discursos eram emanados, principalmente, pelos seguintes grupos: o Estado que, baseado em princípios eugênicos, almejava branquear a população, civilizar os nacionais e incrementar a produtividade; uma elite agrária, que muitas vezes ocupando cargos políticos, desejava o “sucesso” produtivo das lavouras europeias; os comerciantes e agenciadores da força de trabalho, que ambicionavam ampliar seus lucros com esse importante comércio.

Desta forma, as políticas imigratórias estavam, direta e indiretamente, vinculadas à construção espacial, pois dentre as imagens construídas, muitas vezes associadas a valores culturais, podemos identificar: o continente europeu como progenitor do imigrante desejável, elemento primordial para que o país seguisse nos mesmos trilhos dos espaços industriais; e, em contraponto, o chim, cujo espaço de origem também foi delimitado e caracterizado, porém com atributos negativos. Mas os imaginários não se restringiam ao espaço externo, pelo contrário, a demanda pelo progresso implica em afirmar sua ausência no território nacional, e a concepção do Sertão foi a maior das evidências.

Aqui ressaltamos que a idealização das condições presentes nos países centrais não implica em sua fiel reprodução, já que coexistem múltiplas trajetórias. Nesse sentido, concordamos com Doreen Massey (2008m p.31) quando ressalta que o espaço é produto de inter-relações, portanto, a: “estória do mundo não pode ser contada (nem sua geografia elaborada) como a estória apenas do ‘Ocidente’”. Neste ponto, Minas Gerais, que até então possuía a maior população do Império, o maior contingente de escravos, e era a segunda maior produção cafeeira, tendo a produção de subsistência de maior presença no mercado nacional, possuía todas as condições para aproveitar, como apregoavam alguns, da “oportunidade histórica” de alcançar a modernização.

O caráter ufanista do parágrafo acima era a base de muitos discursos que, emanados pela imprensa, projetavam o imaginário de um espaço ubertoso, carente de um “trabalho adiantado” aos moldes da Europa. A narrativa de uma “crise de braços” esteve fortemente presente na fala da elite mineira que, queixosa da situação, diversas vezes cobrava do Estado, de forma explícita ou sutil, a solução dos proferidos problemas. O que pode ser ilustrado, por exemplo, no processo migratório, que só passou a ser estimulado com a intervenção do Estado, fornecendo incentivos e subsídios para o transporte dos imigrantes.

Foi o clientelismo e o patrimonialismo⁶⁹, presentes nas relações entre a sociedade civil e o Estado, um dos obstáculos para o pleno aproveitamento da mão de obra imigrante. Faltava aos fazendeiros mineiros o espírito empreendedor, uma vez que, sendo conservadores, resistiam às mudanças na organização social. Não estamos elaborando aqui uma crônica sobre o “Estado bom e uma elite má”, até porque muitos indivíduos ocupavam as duas posições, exercendo, ao mesmo tempo, o papel de fazendeiro e representante do Estado. Do mesmo modo, não estamos comprando o discurso propalado pelo *Pharol*, mas utilizando desta fonte para compreender as visões e os interesses por detrás da concepção e implantação do projeto migratório, que por interferência de grupos poderosos, não raras vezes, se modificava. E este projeto produziu repercussões espaciais, tanto materiais quanto na criação de um imaginário que é de base espacial.

A exemplo, como citado anteriormente, se o Estado estimulava a implantação da pequena propriedade, utilizando este instrumento como um atrativo a imigração, os grandes fazendeiros se colocavam contra. Afinal, se o estrangeiro fosse proprietário, deixaria de ofertar sua força de trabalho às fazendas, pois a posse da terra representaria também uma restrição a expansão da lavoura cafeeira e do domínio do fazendeiro. Se o Estado queria ocupar as áreas despovoadas, através da implantação de núcleos coloniais, os fazendeiros se opunham. Isso porque a presença dos núcleos próximos à fazenda se constituía em uma reserva de mão-de-obra a ser explorada nos trabalhos sazonais, como a época da colheita. Se o Estado despendia recursos com a imigração, a elite protestava, alegando ser um desperdício do dinheiro público. No entanto, quando o fluxo migratório passou a atender as fazendas particulares, cessavam-se as queixas e a imigração subvencionada passava a ser melhor aceita como solução para a lavoura. Contudo, se a relação de trabalho pretendida pelo governo era a assalariada, os fazendeiros fomentavam relações não capitalistas, como o colonato.

⁶⁹ O patrimonialismo, dentro da concepção weberiana, tem como característica central a não distinção, por parte dos governantes e gestores, da esfera privada da pública. Neste sentido, este sistema produz assim um cenário político-econômico de privilégios, intensificando as desigualdades.

Destarte, dentro desse contexto, figuras políticas, fazendeiros e industriais, apesar das divergências, objetivavam a permanência da concentração fundiária, econômica e do poder político. Afinal, para aqueles que lutavam para a manutenção de seus privilégios “cada vez que um cafezeiro vai ocupar o lugar de algum vegetal inútil – adianta um passo na senda do progresso; sempre que um cafezeiro se extingue por falta de cultivo – retrograda dez” (O PHAROL, 05 dez. 1878, p.1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

CORREIO DA MANHÃ. Ano LVII, n. 19.747, 10 ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/80090>. Acesso em: 10 set. 2017.

LE MESSENGER DU BRÉSIL. Ano 8, ed. 23, 18 set. 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/223263/798>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

O PHAROL. Ano XII, ed. 93, 28 nov. 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/635>>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Ano XII, ed. 95, 05 dez. 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/643>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Ano XVI, ed. 25, 02 mar. 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/906>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Ano XVIII, ed. 108, 23 set. 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2271>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Ano XIX, ed. 26, 01 fev. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2534>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. Ano XIX, ed. 31, 08 fev. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2554>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Ano XIX, ed. 79, 09 abr. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2743>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Ano XIX, ed. 135, 16 jun. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/2958>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Ano XIX, ed. 259, 14 nov. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/3441>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. Ano XIX, ed. 260, 15 nov. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/3445>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

_____. Ano XX, ed. 85, 16 abr. 1886. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/3853>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Ano XXI, ed. 99, 03 mar. 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/4717>>. Acessado em: 11 jan. 2018.

_____. Ano XXI, ed. 172, 01 ago. 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/4913>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Ano XXII, ed. 25, 31 jan. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/5215>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Ano XXII, ed. 40, 21 fev. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/5268>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Ano XXII, ed.80, 08 abr. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/5400>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Ano XXII, ed. 153, 07 jul. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/5634>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. Ano XXII, ed. 229, 05 out. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/5886>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. Ano XXIII, ed. 247, ;23 out. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/6134>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. Anno XXIII, ed. 295, 17 dez. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/6318>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Ano XXIII, ed. 303, 26 dez. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/6350>> Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Ano XXV, ed. 36, 12 mai. 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/7741>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. Ano XXV, ed. 134, 06 jun. 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/8125>>. Acesso: 06 dez. 2018.

_____. Ano XXVI, ed. 215, 11 ago. 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/9550>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Ano XXVI, ed. 224, 21 ago. 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/9586>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FONTES SECUNDÁRIAS

BARBOSA, Yuri Amaral. **Espaço, História e Cidade**: uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

BATISTA, Caio da Silva. Crimes de escravos urbanos noticiados pelo jornal O Pharol na cidade do Juiz de Fora entre 1870 a 1888. In: **Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**. Anais do XIX Encontro Regional de História, 2014, Juiz de Fora. p. 1-9.

BERNARDES, Denis. **Um Império entre Repúblicas**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1983.

BLASENHEIN, Peter Louis. Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira (1870/1906). Trabalho publicado pelo Centro de Estudos. **Anais do V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROED, 1982. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BONFIM, Julianna de S. C. A questão da emigração chinesa via Macau nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* a partir da década de 1850. **Revista Oriente Ocidente** (Instituto Internacional de Macau, Macau, II série, n. 33, p. 66-77, 2016).

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Imigração estrangeira nos confins da Zona da Mata Mineira (1850s-1875):** entre civilização dos sertões e controle do território. Projeto de Pesquisa, 18f, 2012.

_____, Maria Isabel de Jesus. **O imigrante em disputa:** o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1870–1930. Projeto de Pesquisa 2015.

_____, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart G. Política Territorial nos Sertões dos Índios, Século XIX. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.15, n.1, p. 55-71, jan./mar., 2016.

GIOVANINI, Rafael R.; MATOS, Ralfo E. S. Geohistória Econômica da Zona Da Mata Mineira. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 11, 2004, Belo Horizonte. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2004. 25 p.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Minas Gerais na República:** atraso econômico, Estado e planejamento. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, vol. 11, n. 16, 2009.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A Lógica da Crueldade. **Revista História Viva**. São Paulo, SP, Edição especial temática (Temas brasileiros – presença negra), n.3, p.12-17, nov. 2006.

GRECO, Angelo Antonio. **Em Busca de Braços Fecundantes:** Política, Economia e Preconceito no Discurso da Imprensa Mineira Sobre a Imigração (1888-1898). 2009, 133 p., Dissertação (Mestre em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Breves Reflexões Sobre o Problema da Imigração Urbana: O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). Acervo – **Revista do Arquivo Nacional**, v. 10, n.2, jul/dez, 1997. p. 179-198

LAGE, Oscar Vidal Barbosa; ESTEVES, Albino (Org.). **Album do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p.530.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e Colonização:** legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 864 p.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. São Paulo: Record, 2001. 189 p.

LAPA, José Roberto A. **A economia cafeeira**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1997. 68 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285716>>. Acesso em: 14 set. 2018.

LOURENÇO, Cléria D. S. Cultura regional mineira e relações comerciais: um estudo etnográfico no varejo. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, SP, vol. 15, n.1, p. 23-51, jan./fev./mar./abr. 2013

LOURENÇO, Daniel Braga. Escravidão, Exploração Animal e Abolicionismo no Brasil. In: **Revista internacional de direito ambiental**, v. 2, n. 4, p. 71-87, jan./abr. 2013.

MAFRA, Eustáquio S. **O imigrante em disputa: o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1870–1930**. Viçosa, MG: PIBIC, 2017. Relatório.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do Café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890**. 11 ed. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, Ilmar R.; GONÇALVES, Marcia de A. **O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1991.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. 2007. 111 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de. ed al. Entre o ideal e o real: Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: MENEZES, Lená Medeiros de. ed al. **Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização**. Rio de Janeiro: LABIMI (Laboratório de Estudos de Imigração), 2014. p. 650-658

MONTEIRO, Norma G. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte, 1973. 213 p.

_____, Norma G. (cord.) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano 1889/1991**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Vol. 1, 1994.

_____, Norma G. (cord.) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano 1889/1991**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Vol. 2, 1994.

MORAES, A. Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____, A. Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, Anox III-IV, n. 4-5, jan. 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 08 out. 2018.

MOTTA, Márcia Maria M. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Literatura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PAIVA, Clotilde A. et al. **Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte, MG: Cedeplar, 2012. Relatório. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/05/NPHED-Relat%C3%B3rio-cr%C3%ADtico-do-censo-de-1872.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade?” A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). Acervo – **Revista do Arquivo Nacional**, v. 10, n.2, jul/dez, 1997. p. 53-70.

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 139-194, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/12/7>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOARES, Priscila Gonçalves. **Práticas Corporais e Diversão em Juiz de Fora/MG: O discurso do jornal O Pharol**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2010.

SANTOS, Higor Mozart G. **Minas Gerais – O Éden Brasileiro: notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª edição. São Paulo: Edusp, 2014.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. **História do Brasil: Da Colônia à República**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

TREVISSIAN, Leonardo. **A República Velha**. 6. ed. São Paulo: Global, 1997.

VEIGA, Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, MG, v.3, p. 169-243. 1898.

VISCARDI, Cláudia Maria R. **Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 39-56.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

APÊNDICE A – Interface da plataforma de pesquisa do *site* da Hemeroteca Digital

Figura 8 - Interface da plataforma de pesquisa do *site* da Hemeroteca Digital



Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Como exposto no trabalho, o periódico *O Pharol* foi acessado através do *site* da Hemeroteca Digital. No sítio eletrônico encontramos a plataforma presente na imagem acima, cuja ferramenta de busca possui quatro itens: i.) Local de circulação do periódico (salientamos que *O Pharol* aparece como um jornal fluminense, isto provavelmente pelo fato dele ter se originado na Província do Rio de Janeiro); ii.) Período desejado, sendo o intervalo disponível em decênios; iii.) Nome do periódico; iv.) Termo de pesquisa, este constitui uma palavra ou expressão a ser rastreada dentre os exemplares. Salientamos que o acervo é digitalizado e alguns materiais apresentam baixa qualidade visual, estes dois fatores afetam a ferramenta de busca. Contudo, tal imprecisão não comprometeu o desenvolvimento da nossa pesquisa.